



**O Financiamento, as Despesas e a Literacia Financeira
dos Estudantes do Ensino Superior**

Bárbara Angélica Ferreira Dias

2120321

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Auditoria

Esta versão contém as críticas e sugestões dos elementos do júri.

Porto – 2017

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Instituto Politécnico do Porto



**O Financiamento, as Despesas e a Literacia Financeira
dos Estudantes do Ensino Superior**

Bárbara Angélica Ferreira Dias

2120321

**Dissertação de Mestrado
apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
para a obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob orientação das Doutoras
Maria Clara Dias Pinto Ribeiro e Maria Isabel Coutinho Vieira**

Porto – 2017

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Instituto Politécnico do Porto

Resumo

Este trabalho, no âmbito do financiamento, das despesas e da literacia financeira dos estudantes do ensino superior, procura identificar as formas de pagar as despesas, por parte dos estudantes, recorrendo a financiamento, a bolsas de estudo ou à ajuda de terceiros (família/amigos) e também verificar o nível de literacia financeira.

A metodologia aplicada foi a investigação por inquérito tendo-se obtido 320 respostas válidas junto dos estudantes do ensino superior (questionário submetido entre os meses de março e junho de 2017).

Conclui-se que os estudantes do ensino superior orientam as suas despesas quer para educação, quer para as despesas correntes, não se registando nenhuma diferença estritamente significativa. Adicionalmente, conclui-se que o montante da bolsa atribuída é inversamente proporcional ao rendimento familiar auferido, mostrando o cariz redistributivo dos serviços sociais. Finalmente, e, algo surpreendentemente, os resultados obtidos apontam para um grau de literacia financeira que não acompanha a posição da formação superior.

Palavras-chave: financiamento, literacia financeira, estudantes do ensino superior, investigação por inquérito.

Abstract

This work, in the context of financing, expenditure and financial literacy of students of higher education, seeks to identify ways of paying for students, through funding, scholarships or help from third parties (family / friends) and also check the level of financial literacy.

The methodology used was the investigation by inquiry, that obtained 320 valid answers from students of higher education (questionnaire submitted between March and June 2017).

It is concluded that students of higher education direct their expenses both for education and for current expenditure, with no significant difference being recorded. In addition, it is concluded that the amount of the scholarship awarded is inversely proportional to the family income earned, showing the redistributive nature of social services. Finally, and somewhat surprisingly, the results obtained point to a degree of financial literacy that does not accompany the position of higher education.

Key words: financing, financial literacy, higher education students, research by inquiry.

“Casa de avó é escola sem reprovação” Luiza Gosuen

À memória da minha querida avó Angélica

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais e irmãs pelo apoio incondicional que demonstraram ao longo deste percurso, pela compreensão e pela falta de tempo que por vezes tive com eles.

Às minhas orientadoras Doutoradas Maria de Clara Dias Pinto Ribeiro e Maria Isabel Coutinho Vieira pela ajuda, empenho, compreensão e, sobretudo pelas horas e paciência despendidas comigo.

Aos meus amigos pelos momentos de descontração que me proporcionaram ao longo desta longa e importante etapa, especialmente aqueles que me acompanharam nesta fase final e compreenderam sempre a minha ausência.

Agradeço a todos os professores que tiveram uma influência positiva no meu percurso académico e ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Quero manifestar o meu sincero agradecimento por todo o apoio prestado na elaboração na presente dissertação a todas as pessoas que me ajudaram, direta ou indiretamente.

A todos o meu profundo agradecimento.

Índice geral

Resumo	iii
Abstract.....	iv
Índice geral	vii
Índice de quadros.....	ix
Índice de gráficos.....	x
Índice de siglas	xi
Introdução.....	1
Capítulo I – O ensino superior em Portugal	2
Ensino superior	3
Processo de Bolonha.....	8
Acesso ao ensino superior	9
Capítulo II – Financiamento do ensino superior português.....	11
Evolução do financiamento do ensino superior.....	13
Custos do ensino superior.....	14
Propinas	16
O financiamento de bolsas de estudo	17
A ação social na educação superior.....	18
Alteração do papel do Estado no financiamento do ensino superior.....	19
Capítulo III – Literacia financeira	21
Desenvolvimento da literacia financeira em Portugal	22
O nível de literacia financeira dos estudantes do ensino superior.....	24
Capítulo IV - Metodologia de investigação.....	26
1. Análise univariada	34
1. Análise bivariada	44
Conclusões.....	51
Limitações do estudo.....	53

Recomendações para futuras investigações.....	53
Referências bibliográficas:	54
Apêndices	59

Índice de quadros

Quadro 1: Alunos matriculados no ensino superior	4
Quadro 2: Rede pública de instituições universitárias.....	5
Quadro 3: Rede pública de instituições politécnicos.....	6
Quadro 4: Rede privada universitária.....	7
Quadro 5: Rede privada de politécnicos.....	8
Quadro 6: Alunos candidatos/colocados	13
Quadro 7: Conceito de custo do ensino superior.....	14
.Quadro 8: Bolseiros do ensino superior: total e por subsistema de ensino	17
Quadro 9: Hipóteses e questões de investigação	30
Quadro 10: Frequências relativas por género	34
Quadro 11: Frequências relativas da idade.....	34
Quadro 12: Frequências relativas do rendimento mensal médio do agregado familiar .	35
Quadro 13: Frequências relativas da constituição do agregado familiar.....	35
Quadro 14: Frequências relativas sobre universidade/politécnico	36
Quadro 15: Frequência relativas sobre o tipo de ensino.....	36
Quadro 16: Frequências relativas da residência em período letivo	37
Quadro 17: Frequências relativas na escolha da habitação	37
Quadro 18: Frequências relativas do emprego durante o período de aulas	38
Quadro 19: Frequência relativas - quem suportou os gastos com o ensino.....	39
Quadro 20: Frequências relativas tipo de bolsa dos estudantes.....	39
Quadro 21: Frequências relativas das despesas por mês do último semestre/ano.....	42
Quadro 22: Frequências relativas em relação se contraiu empréstimo	42
Quadro 23: Frequências relativas sobre as fontes de financiamento.....	43
Quadro 24: Variáveis a analisar.....	44
Quadro 25: Medidas descritivas das despesas	45

Quadro 26: Comparação das médias das despesas correntes da educação.....	45
Quadro 27: Teste de correlação entre duas variáveis	47
Quadro 28: Idade dos alunos e o seu conhecimento sobre TAE e TAEG.....	48
Quadro 29: Idade dos alunos e o seu conhecimento sobre a aplicação da TAE num empréstimo	48
Quadro 30: Idade dos alunos e o seu conhecimento sobre a Euribor	49
Quadro 31: Idade dos alunos e o seu conhecimento sobre a utilização de um cartão de crédito	49
Quadro 32: Idade dos alunos e o seu conhecimento sobre um descoberto bancário.....	49
Quadro 33: Idade dos alunos e o seu conhecimento sobre o spread.....	50
Quadro 34: Idade dos alunos e o seu conhecimento sobre as opções de pagamento na compra de um carro	50

Índice de gráficos

Gráfico 1:Rendimento mensal do emprego durante o período de aulas.....	38
Gráfico 2: Frequências relativas referente ao montante mensal	40

Índice de siglas

BdP – Banco de Portugal

CTE – Curso de Especialização Tecnológica

IES – Instituições do Ensino Superior

MCEEDYA – Ministerial Council for Education Early Childhood Development and Youth Affairs

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OE – Orçamento de Estado

RP – Receitas Próprias

SAS – Serviços de Ação Social

SPA – Setor Público Administrativo

SPE – Setor Público Empresarial

TAE - Taxa Anual Efetiva

TAEG - Taxa anual de encargos efetiva global

TAN - Taxa Anual Nominal

VS – Versus

Introdução

O tema escolhido para a dissertação do mestrado é o financiamento e os conhecimentos sobre a literacia financeira dos estudantes do ensino superior.

A importância crescente da temática do financiamento do ensino superior está relacionada com as dificuldades financeiras sentidas por parte do Estado, que têm feito com que este tenha tomado medidas restritivas em todas as áreas, incluindo no financiamento do ensino superior. Desta forma, as famílias têm assumido um papel crescente no suporte financeiro à educação superior.

Em Portugal, a questão do financiamento do ensino superior ganhou progressivamente maior relevo, a partir dos anos de 1980, devido ao aumento significativo da população que frequenta o ensino superior, o que originou exigências financeiras crescentes por parte das instituições universitárias e politécnicas públicas.

O ensino privado e o ensino público competem com armas desiguais em diversos aspetos (nomeadamente, o ensino público tem os seus custos de funcionamento e de investimento tendencialmente pagos pelo Estado enquanto o ensino privado tem que pagar os custos de investimento e de funcionamento com as receitas provenientes dos seus clientes/alunos).

A literacia financeira entrou no “vocabulário” dos portugueses, com maior relevância, após a crise financeira de 2008, com muitas famílias a terem de arranjar formas de complementar os seus rendimentos por meio de crédito.

O presente trabalho tem como objetivo medir a literacia financeira dos estudantes e como os estudantes conseguem sobreviver/pagar os seus estudos e quais os recursos que usam.

Esta investigação foi dividida em quatro capítulos, a saber:

O capítulo I debruça-se sobre a temática do ensino superior em Portugal. No capítulo II desenvolve-se as formas e a evolução histórica do financiamento do ensino superior nacional. No capítulo III discutem-se os conceitos em torno da literacia financeira. No capítulo IV, após a especificação das questões de investigação, explana-se a metodologia adotada.

Por último, apresentam-se as conclusões, as limitações do estudo e as recomendações para futuras investigações.

Capítulo I – O ensino superior em Portugal

O sistema educativo em Portugal é regulado pelo o Estado através do ministério da educação e ciência (antigo ministério da educação e do ministério da ciência, tecnologia e ensino superior).

Em Portugal a educação é iniciada obrigatoriamente para todos os alunos aos seis anos de idade ou cinco anos caso o aluno faça seis anos no ano da entrada. A escolaridade obrigatória termina quando o aluno fizer dezoito anos (décimo segundo ano de escolaridade).

A escolaridade em Portugal está dividida por 3 setores, sendo o ensino básico, secundário e superior. O ensino básico compreende três ciclos. O primeiro ciclo compreende do primeiro ano ao quarto de escolaridade. O segundo ciclo compreende o quinto e sexto ano. Por último o terceiro ciclo é compreendido do sétimo ano ao nono.

O ciclo seguinte é o secundário que compreende o décimo ano ao décimo segundo.

O ensino superior é o nível mais elevado dos sistemas educativos, é uma educação realizada em universidades, institutos politécnicos, faculdades ou outras instituições que conferem graus académicos ou diplomas profissionais.

Ensino superior

O ensino superior tem como um dos seus objetivos "... a qualificação de alto nível dos portugueses, a produção e difusão do conhecimento, bem como a formação cultural, artística, tecnológica e científica dos seus estudantes, num quadro de referência internacional." nº 1 do art. 2.º da lei n.º 62/2007, pág. 7.

O sistema português de ensino superior é composto por um sistema público de ensino e por outro privado (particulares ou cooperativos) e está organizado num sistema binário constituído pelo subsistema universitário e pelo subsistema politécnico. Os ciclos de estudos lecionados no subsistema universitário são mais centrados na vertente científica, enquanto a formação disponibilizada no ensino politécnico está mais focada nas vertentes vocacionais e nas formações técnicas avançadas.

Ensino superior público

O ensino superior público é atualmente ministrado por uma combinação diversificada de instituições, constituído por: 13 universidades públicas e 17 politécnicos públicos.

O ensino universitário é lecionado em instituições universitárias públicas, particulares ou cooperativas e concordatárias (Direção Geral do Ensino Superior – DGES, 2010). São objetivos do ensino universitário:

“... Assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de atividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de conceção, de inovação e de análise crítica” (n.º 3 do art. 11.º da lei n.º 49/2005).

Ao contrário dos institutos politécnicos, as universidades podem conferir, para além do grau de licenciatura e de mestrado, o grau de doutoramento. Ao nível da investigação, as universidades também podem desenvolver investigação fundamental. Outra diferença relativamente ao ensino superior politécnico reside no tipo de formação.

De acordo com dados apresentados no Pordata das instituições públicas do ensino superior politécnico, entre o ano 1990 e 2016, o número de alunos inscritos no ensino superior publico, é sempre muito maior no ensino universitário do que no ensino politécnico.

Quadro 1: Alunos matriculados no ensino superior

Territórios	Tipo de ensino					
	Total		Universitário		Politécnico	
Anos ⁺	1990	2016	1990	2016	1990	2016
Portugal	157.869	356.399	127.208	234.614	30.661	121.785
— Continente	156.267	350.407	125.728	229.600	30.539	120.807
+ Norte	41.182	115.429	32.210	72.378	8.972	43.051
+ Centro	28.866	76.912	22.251	40.340	6.615	36.572
+ Área Metropolitana de Lisboa	78.777	136.552	66.797	107.449	11.980	29.103
+ Alentejo	6.090	13.621	3.992	5.425	2.098	8.196
+ Algarve	1.352	7.893	478	4.008	874	3.885
— Região Autónoma dos Açores	1.336	2.726	1.271	2.357	65	369
+ Região Autónoma dos Açores	1.336	2.726	1.271	2.357	65	369
— Região Autónoma da Madeira	266	3.266	209	2.657	57	609
+ Região Autónoma da Madeira	266	3.266	209	2.657	57	609

Fonte: Informação obtida no Pordata acedido em 03/01/2017

A rede pública de instituições universitárias é constituída por 13 universidades que cobrem, essencialmente, a parte costeira de Portugal continental e os arquipélagos da Madeira e dos Açores.

Quadro 2: Rede pública de instituições universitárias

1	Açores
2	Algarve
3	Aveiro
4	Beira Interior
5	Coimbra
6	Évora
7	Lisboa
8	Madeira
9	Minho
10	Nova Lisboa
11	Porto
12	Instituto Universitário Lisboa
13	Trás os Montes e Alto Douro

Fonte: DGES acedido em 11/09/2017

O subsistema público politécnico e as suas instituições

O ensino superior politécnico é lecionado não só em institutos politécnicos e escolas politécnicas não integradas, mas também em algumas universidades. São objetivos dos institutos politécnicos:

“... Proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de atividades profissionais” (n.º 4 do art. 11.º da lei n.º 49/2005).

O ensino superior politécnico, ao longo dos últimos anos, tem sido sujeito a várias alterações, no que se refere aos graus conferidos e ao seu público-alvo:

- Até 1997, estas instituições, ofereciam única e exclusivamente cursos de bacharelato;

- Através da lei n.º 46/86 – lei de bases do sistema educativo e da lei n.º 115/97 (1.ª alteração à lei n.º 46/86), passou a lecionar cursos bietápicos de licenciatura;
- Após o processo de Bolonha, passou a oferecer também mestrados, designados por, 2.º ciclo;
- Com a aprovação do decreto-lei (DL) n.º 88/2006 passaram a disponibilizar cursos de especialização tecnológica – CET. (CCISP, 2008).

A rede pública de instituições politécnicas é constituída por 17 instituições.

Quadro 3: Rede pública de instituições politécnicas

1	Beja
2	Bragança
3	Cávado e Ave
4	Castelo Branco
5	Coimbra
6	Guarda
7	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril
8	Escola Superior Náutica Infante D. Henrique
9	Lisboa
10	Leiria
11	Portalegre
12	Porto
13	Santarém
14	Setúbal
15	Tomar
16	Viana do Castelo
17	Viseu

Fonte: Dges, acedido em 11/09/2017

Ensino superior privado

De acordo com o artigo 4.º da lei n.º 62/2007 de 10 de setembro sobre o regime jurídico das instituições de ensino superior, o sistema de ensino superior em Portugal compreende o ensino superior privado, composto pelas instituições pertencentes a entidades particulares e cooperativas.

O ensino superior privado é atualmente ministrado por uma combinação diversificada de instituições, constituído por: 19 universidades e 49 institutos politécnicos privados.

A rede privada de instituições universitárias é constituída por 19 universidades, que são as seguintes:

Quadro 4: Rede privada universitária

1	Escola Superior Artística do Porto
2	Escola Superior Gallaecia
3	Escola Universitária Vasco da Gama
4	Instituto Superior de Ciências de Saúde Egas Moniz
5	Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares
6	Instituto Superior de Gestão
7	Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes
8	Instituto Superior Miguel Torga
9	Instituto Superior de Serviço Social do Porto
10	Instituto Universitário de Ciências da Saúde
11	Instituto Universitário da Maia
12	Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida
13	Universidade Autónoma de Lisboa
14	Universidade Católica
15	Universidade Europeia
16	Universidade Fernando Pessoa
17	Universidade Lusíada
18	Universidade Lusófona
19	Universidade Portucalense

Fonte: DGES acedido em 11/09/2017

A rede privada de politécnicos é constituída por 49 instituições. Apenas iremos abordar as do distrito do Porto (origem geográfica da amostra recolhidas, as instituições encontram-se elencados no apêndice I na sua globalidade).

Quadro 5: Rede privada de politécnicos

1	CESPU - Instituto Politécnico de Saúde do Norte - Escola Superior de Saúde do Vale do Sousa
2	Conservatória Superior de Música de Gaia
3	Escola Superior de Artes e Design
4	Escola Superior de Educação Jean Piaget
5	Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti
6	Escola Superior de Negócios Atlântico
7	Escola Superior de Saúde de Santa Maria
8	Instituto Politécnico da Maia
9	Instituto Português de Administração de Marketing do Porto
10	Instituto Superior de Administração e Gestão
11	Instituto Superior de Ciências Educativas do Douro
12	Instituto Superior Empresariais e do Turismo
13	Instituto Superior Politécnico Gaya
14	Instituto Superior de Tecnologias Avançadas de Porto
15	Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia
16	Universidade Católica Portuguesa – Escola Superior Politécnica de Saúde
17	Universidade Fernando Pessoa – Escola Superior de Saúde

Fonte: DGES acedido em 11/09/2017

Processo de Bolonha

O processo de Bolonha é um processo que visou a reestruturação dos graus académicos no espaço europeu e tinha como objetivos até 2010:

- Existência de graus académicos com nomenclaturas semelhantes;
- Reestruturação do sistema de créditos ECTS;
- Adoção da Escala Europeia de Comparabilidade de Classificações;
- Acreditação do Ensino Superior;
- Criação de cursos com a duração de seis semestre letivos;
- A mobilidade de estudantes no espaço europeu;
- Obtenção de diplomas reconhecidos em todos os países aderentes à declaração de Bolonha

1. Estruturação dos graus académicos de acordo com o processo de Bolonha:
 - a. 1º ciclo – licenciatura
 - b. 2º ciclo – mestrado
 - c. 3º ciclo – doutoramento

Acesso ao ensino superior

O acesso ao ensino superior público em Portugal faz-se, normalmente, através de concurso nacional. O concurso decorre em duas fases, sendo que a primeira se destina aos estudantes que reúnam as condições de candidatura após a fixação dos resultados da primeira fase dos exames nacionais, enquanto que a segunda se destina aos estudantes que só reúnam as condições após fixação dos resultados da segunda fase de exames nacionais. Para concorrer ao concurso nacional, os candidatos deverão concluir, com aprovação o curso de ensino secundário, ou equivalente; realizar as provas de ingresso exigidas para o curso no estabelecimento onde pretendam ingressar e, para além disso, o candidato deverá ter uma nota de candidatura igual ou superior ao valor mínimo fixado pela instituição de ensino superior. De seguida, após o procedimento de candidatura, a seriação dos candidatos é depois realizada, para cada estabelecimento/curso, pela ordem decrescente das respetivas notas de candidatura.

Refira-se ainda, o concurso nacional reserva um número de vagas para os candidatos com condições pessoais especiais, os chamados contingentes especiais.

Podem-se candidatar ao abrigo deste regime os candidatos: residentes nos Açores e na Madeira, emigrantes portugueses; portadores de deficiência e militares em regime de contrato.

Para concorrer, estes candidatos deverão satisfazer, os requisitos, as condições e as exigências do contingente geral, sendo-lhes aplicadas as mesmas regras, nomeadamente, a necessidade de realizar provas de ingresso.

Fora do concurso nacional ainda é possível ingressar no ensino superior através dos concursos especiais, que são concursos de acesso ao ensino superior de estudantes com habilitações específicas. As vagas são fixadas anualmente por cada estabelecimento de ensino superior. Podem se candidatar ao abrigo dos concursos especiais: maiores de 23 – candidatos com mais de 23 anos que serão admitidos pelas instituições de ensino após a

realização e aprovação de um exame para avaliar a capacidade do candidato. O candidato deverá realizar a prova no estabelecimento para o qual se pretende candidatar; titulares de cursos superiores; titulares de um diploma CET.

Capítulo II – Financiamento do ensino superior português

O financiamento das universidades públicas portuguesas é regulado pela lei n.º 37/2003 de 22 de agosto, alterada pela lei n.º 49/2005 de 30 de agosto e pela lei n.º 62/2007 de 10 de setembro.

O princípio da responsabilização financeira do Estado (alínea a) do n.º 2 da lei n.º 37/2003) implica a satisfação dos encargos públicos inerentes ao funcionamento da rede pública do ensino superior. Por sua vez, este princípio sai reforçado na alínea i) do n.º 1 da lei n.º 62/2007, onde se indica ser atribuição do Estado o financiamento das instituições de ensino superior.

Para além do valor das transferências do orçamento de estado, as universidades públicas financiam a sua atividade através do recurso a receitas próprias provenientes de propinas, verbas de projetos de investigação, fundos comunitários, serviços prestados à comunidade, entre outros.

Segundo Cerdeira (2008), em Portugal as instituições de ensino superior públicas dependem fortemente do orçamento de estado, representando este a maioria das receitas das universidades e dos institutos politécnicos.

As vantagens do modelo de financiamento

Darling e outros (1989) avançam para um modelo de financiamento do ensino superior que apresenta as seguintes vantagens:

- Trata-se de um método explícito de afetação de recursos, especialmente importante numa altura em que se pretende justificar a despesa pública;
- Permite um planeamento a médio prazo do orçamento das despesas públicas para o ensino superior;
- Possibilita a diferenciação de dotações entre instituições, sendo esta feita de forma clara e transparente (trata-se de um modelo neutro, as dotações são atribuídas de acordo com o desempenho dos indicadores em cada instituição);
- Trata-se de um instrumento útil para a aplicação de políticas educativas, sociais e fiscais (funciona como um incentivo para as instituições, na medida que as direciona para os objetivos das políticas que se pretende implementar).

Evolução do financiamento do ensino superior

Têm sido várias as alterações efetuadas às leis de financiamento do ensino superior. As instituições já foram totalmente financiadas pelo Estado, no entanto essa realidade alterou-se bastante, sendo hoje em dia as receitas próprias, uma fonte de financiamento bastante relevante para a sobrevivência das instituições.

Cabrito (2004a) menciona que “...o funcionamento das universidades públicas foi, até há alguns anos, totalmente assegurado pelo orçamento de estado”, ou seja, as instituições de ensino superior eram totalmente dependentes das transferências provenientes do Estado.

Dado o número reduzido de alunos que frequentavam o ensino superior em Portugal, até finais de década de 60 do século passado, a questão relativamente ao financiamento não se colocava; no entanto, devido à enorme procura registada nos finais dos anos 70 a questão do financiamento tornou-se fundamental, sendo bastante discutido desde então até à atualidade (Cabrito, 2003).

Na última década, como se pode verificar no quadro 6, existe um elevado crescimento na procura para o ensino superior português, repercutindo-se assim numa maior dificuldade em ingressar nesta vida de ensino.

Quadro 6: Alunos candidatos/colocados

Ano	Candidatos	Colocados	Colocados/candidatos
2007	51472	41938	81,50%
2008	53062	44336	83,60%
2009	52539	45277	86,20%
2010	51842	45592	87,90%
2011	46636	42243	90,60%
2012	45078	40415	89,70%
2013	40419	37415	92,60%
2014	42408	37778	89,10%
2015	48271	42068	87,10%
2016	49472	42958	86,80%

Fonte: DGES acedido em 11/09/2017

Devido ao aumento da procura ao ensino superior, Cabrito (2003), refere a necessidade que o país teve de criar novos estabelecimentos de ensino, de forma a conseguir satisfazer a

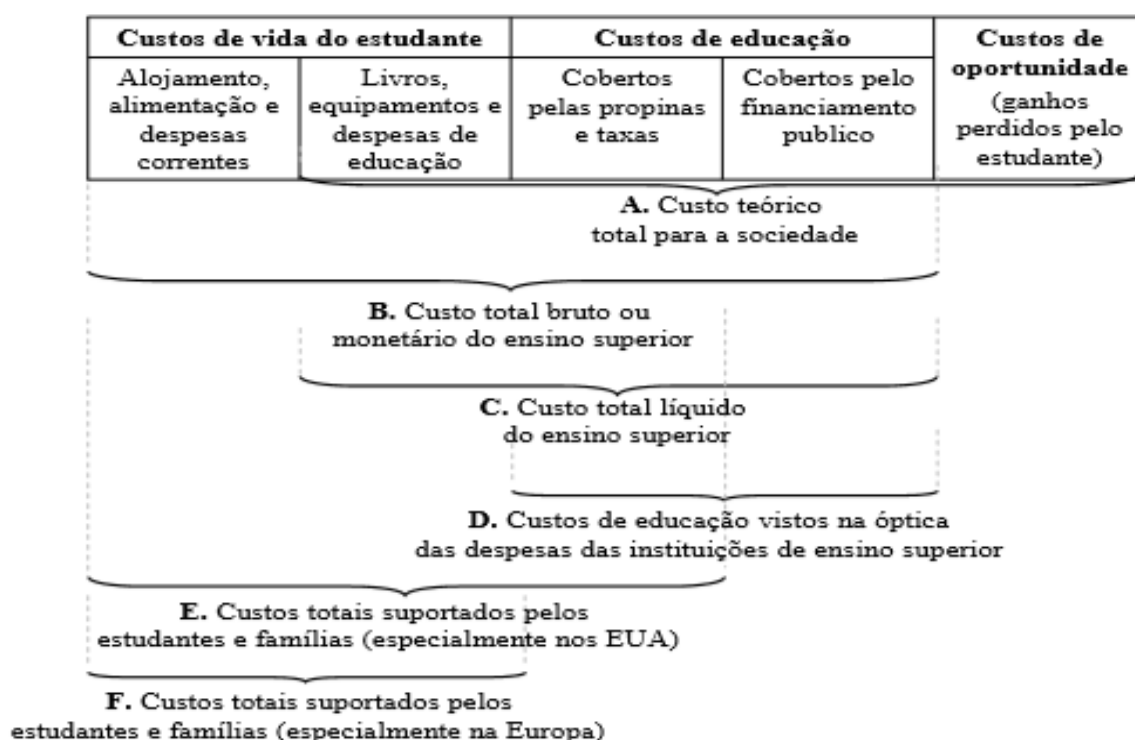
enorme procura, afirmando que “perante esta situação, o governo lançou mão de duas novas medidas de política educativa, com efeitos simultâneos no lado da procura e do lado da oferta. Por um lado, assiste-se em 1986 à abertura do ensino superior à iniciativa privada; por outro, desde o início da década de 90 que foram fixadas propinas (direitos de matrícula e outras despesas) anualmente atualizadas”.

Cabrito (2004), refere que estas medidas tomadas pelo governo levam a uma maior desresponsabilização deste para com as escolas, dado que o orçamento é definido tendo em conta o número de alunos; todavia, essa política salvaguarda a sobrevivência das instituições de ensino superior privadas.

Custos do ensino superior

O conceito de custo do ensino superior encerra em si mesmo vários significados. Johnstone (1986) citado por Cerdeira (2008) esquematiza as diversas dimensões deste conceito através do quadro 7.

Quadro 7: Conceito de custo do ensino superior



Fonte: Cerdeira (2008)

Assim, de acordo com Johnstone (1986), referido por Cerdeira (2008), a noção mais alargada e teórica de custo do ensino superior é a que considera a soma dos custos diretos de ensino ou educação com os custos de oportunidade (isto é, o valor monetário que é perdido pelo facto de os estudantes em vez de produzirem e continuarem a estudar), mais os custos especiais de educação habitualmente suportados pelos estudantes ou pelas suas famílias, como sejam os livros e equipamentos. Nesta noção não estão incluídos os custos de vida do estudante (ou correntes), como sejam os custos relativos ao alojamento, alimentação, vestuário e divertimentos, aos quais o estudante teria que fazer face quer estivesse ou não a estudar no ensino superior. A esta definição corresponde a noção “A” no esquema acima citado – custo teórico total para a sociedade.

Enquanto, a definição “B” – o custo total bruto ou monetário do ensino superior não considera o custo de oportunidade, mas soma todos os outros custos, nomeadamente custos da vida dos estudantes (alojamento, alimentação, despesas correntes, livros, equipamentos e despesas de educação), sendo esse custo suportado pelos estudantes, famílias e também as despesas suportadas pelas instituições. Em suma, o custo total bruto do ensino superior será o agregado de todos os custos de educação suportados pelas instituições e de todos os custos de educação e de vida suportados pelos estudantes e as suas famílias. Se ao custo total bruto do ensino superior deduzirmos os custos de vida relacionados com o alojamento, alimentação e despesas pessoais, que são comuns aos estudantes e aos não estudantes, chegamos ao custo total líquido do ensino superior (definição “C” do esquema).

Segundo Johnstone (1986) citado por Cerdeira (2008), as despesas podem ser agrupadas em dois grandes blocos:

- As despesas correntes ou de vida dos estudantes, que incluíam as despesas com o alojamento, despesas de telefone e telemóvel, despesas de alimentação, despesas médicas, custos de transporte e despesas pessoais (roupas, cabeleireiro, produtos de higiene, álcool, divertimentos, etc.);
- As despesas de educação, onde estavam incluídas as despesas com as propinas, taxa de matrícula, outras taxas (incluindo seguro, inscrição para exames), livros e outros materiais, equipamento (computadores, microscópios, etc.), visitas de estudo e outras despesas não incluídas em qualquer outro item.

Propinas

Foi através da publicação da lei n.º 20/92 de 14 de agosto que foram estabelecidas as normas relativamente às propinas a aplicar pelas instituições de ensino superior, com o objetivo de atualizar o valor das propinas do ensino superior. Esta lei foi revogada parcialmente, devido a discordância por parte dos estudantes, o que levou a lei n.º 5/94.

Na lei 5/94, existiam várias formas de cálculo da propina, fazia referência à possibilidade de isenção, no caso de os alunos serem beneficiários de bolsas, ou redução do valor, essa isenção era com base no rendimento familiar ilíquido per capita ou global.

Passados, dois anos, a lei 5/94 deixou de existir através da publicação da lei n.º 1/96 de 9 de janeiro, voltando o valor da propina a ser de acordo com o sistema anterior, tendo como base o DL n.º 418/73 de 21 de agosto.

Em 2003, surge a lei n.º 37/2003 que no ponto 2 do art. 16.º refere: “O valor da propina é anualmente fixado em função da natureza dos cursos e da sua qualidade, com um valor mínimo correspondente a 1,3 do salário mínimo nacional, em vigor no início do ano letivo, e um valor máximo que não poderá ser superior ao valor fixado no n.º 2 do artigo 1.º da tabela anexa ao decreto - lei n.º 31/658, de 21 de novembro de 1941, atualizada, para o ano civil anterior, através da aplicação do índice de preços no consumidor do Instituto Nacional de Estatística.”

Em 2005, a lei 37/2003 sofreu mais uma vez alteração e foi publicada uma nova lei. A lei n.º 49/2005 de 30 de agosto, face ao Processo de Bolonha, neste âmbito, foi mudado o art. 16, que refere a cobrança das propinas. Em 2007, através da publicação da lei n.º 62/2007, foi alterado o art. 17 – fixação de propinas.

Relativamente à competência para a fixação das propinas, esta encontrava-se estipulada no pela lei n.º 62/2007, que define que, de acordo com a subalínea vii) da alínea a) do n.º 1 do art. 92.º, é da competência do reitor ou presidente preparar e apresentar ao conselho geral a proposta para o valor das propinas, e de acordo com a alínea g) do n.º 2 do art. 82.º, o conselho geral é o órgão competente para a sua fixação.

O financiamento de bolsas de estudo

Conforme o Relatório da OCDE (2006), *Review of national policies for education – tertiary education in Portugal* – geralmente, os pais e cônjuges – agregado familiar – são a principal fonte de recursos dos estudantes. Há, contudo, aqueles que não podem contar com o auxílio económico dos familiares para os sustentar. Nesse caso, outra relevante fonte é o próprio Estado, que pode assegurar a gratuidade do ensino superior e/ou ser agente creditício, ofertando créditos subsidiados.

Assim sendo, os estudantes ou contam com os recursos do Estado ou buscam outras formas de créditos, a exemplo de empréstimos e financiamentos. Na primeira hipótese, os subsídios são assegurados mediante bolsas de estudo tendo como base o rendimento dos familiares e ou do mérito do estudante. Na segunda hipótese, tanto o setor público como o setor privado criaram diferentes formas de crédito no intuito de apoiar economicamente os estudantes quanto à sua frequência ao ensino superior.

O Estado, assume a responsabilidade de garantir o direito à educação e ao ensino dentro da melhor condição material possibilitada pelos fundos disponíveis, com o objetivo de contribuir para a qualificação de mão-de-obra e promover o desenvolvimento do país. Para atingir esses objetivos, investe na ação social escolar e nos apoios educativos, preferencialmente, à construção de prédios e restaurantes. O financiamento dos serviços de ação social nas IES é fixado por Decreto-lei e calculado com a aplicação de uma fórmula baseada em critérios de equidade, eficiência e bom desempenho do aluno.

Quadro 8: Bolseiros do ensino superior: total e por subsistema de ensino

Anos	Subsistema de ensino		
	Total	Público	Privado
1991	10 943	10 919	24
1992	13 950	13 866	84
1993	16 665	16 452	213
1994	21 665	21 438	227
1995	30 705	29 651	1 054
1996	30 409	28 909	1 500
1997	32 743	28 463	4 280
1998	43 542	38 390	5 152
1999	50 436	43 159	7 277
2000	56 046	44 994	11 052
2001	59 296	46 846	12 450
2002	59 643	46 463	13 180
2003	57 248	44 442	12 806
2004	63 190	49 109	14 081
2005	66 008	52 609	13 399
2006	68 964	56 743	12 221
2007	70 603	58 010	12 593
2008	73 493	61 361	12 132
2009	73 063	62 290	10 773
2010	74 935	62 304	12 631
2011	67 850	58 089	9 761
2012	56 017	49 109	6 908
2013	58 818	52 116	6 702
2014	62 312	55 701	6 611
2015	63 628	57 190	6 438
2016	69 343	62 368	6 975

Fonte: Pordata acessado em 14/01/2017

Após analisar o quadro 8, verifica-se um elevado aumento, de 1991 para 2014, do número de alunos que beneficiam das bolsas do ensino superior.

A ação social na educação superior

Em Portugal existe um sistema de ação social direcionado ao ensino superior, que busca permitir frequência de todos os estudantes, de modo a promover o direito à igualdade de oportunidade não só de acesso como de frequência às aulas.

Segundo Neves (2001, p.36): “Num sentido restrito, designa, por vezes também sob a denominação de apoio social ou de inserção social, um conjunto de meios, que visam concretizar objetivos específicos de proteção social em situações de necessidade social de pessoas, famílias ou grupos sociais. Essas necessidades traduzem-se em disfunções sociais e familiares, que tendem a gerar situações de marginalização e de exclusão social. A ação social concretiza-se fundamentalmente em apoios personalizados através de serviços e de equipamentos sociais, de apoio individual e familiar, bem como de intervenção comunitária, mas integra também ajudas pecuniárias sob a forma de subsídios eventuais”.

Conforme o decreto-lei n. 129, de 22 de abril de 1993, a ação social no ensino superior desenvolve-se no âmbito das respetivas IES. São estas que escolhem os melhores meios de levar a cabo os objetivos definidos pelo Governo, por meio do ministério da ciência, tecnologia e ensino superior. Com esse propósito, foram criados os Serviços de Ação Social (SAS), serviços próprios das IES, dotados de autonomia administrativa e financeira.

Alteração do papel do Estado no financiamento do ensino superior

Segundo, Cabrito (2004), o orçamento transferido anualmente pelo Estado é insuficiente para responder às necessidades das instituições de ensino superior, inclusive para fazer face às despesas com o pessoal.

Cabrito (2004) também refere que “... Nos últimos anos, o contributo estatal para o financiamento do ensino superior diminuiu drasticamente, mesmo em termos reais. Ou seja, nos últimos anos, universidades e restantes instituições públicas de ensino superior, têm sido contempladas anualmente, com uma receita inferior à que receberam no ano anterior (o valor acumulado dos cortes orçamentais, nos últimos dois anos, ascende já a 24% tomando o ano de 2002 por referência)”. A quota parte do financiamento resulta da prestação de serviços das próprias entidades, essa redução tem sido feita através do orçamento e as necessidades vão se mantendo.

Após estas análises, verifica-se que as propinas foram criadas pelo Estado, com o intuito de apoiarem as instituições para ampliação e inovação, tornaram-se de entre as receitas próprias, aquelas que são vitais para o funcionamento das instituições, sendo o seu peso nas receitas próprias totais, extremamente elevado.

Cabrito (2004) “... qualquer membro da direção do Ensino Superior Público português confronta-se diariamente, com problemas decorrentes do desajustamento existente entre as despesas que uma instituição desta natureza precisa realizar simplesmente para poder funcionar e as disponibilidades monetárias que detém”.

Da incapacidade das verbas transferidas pelo Estado cobrirem integralmente as necessidades de financiamento, decorre que as instituições de ensino superior têm recorrido, cada vez mais, às suas receitas próprias (embora a maior parte da despesa das instituições ainda seja suportada pelo OE).

Capítulo III – Literacia financeira

A literacia financeira, não tem apenas uma definição única, existindo vários autores que a descrevem de diversas formas.

Thaden e Rookey (2005) definiram literacia financeira como a compreensão de factos financeiros, conceitos, princípios e ferramentas tecnológicas que são fundamentais para tomar decisões financeiras. Enquanto, Fox, Bartholomae e Lee (2005) descreveram o mesmo conceito como uma compreensão e conhecimento de conceitos financeiros.

De acordo com Orton (2007), a literacia financeira consiste no conhecimento de tópicos específicos relacionados com assuntos monetários, económicos ou financeiros, e nas medidas individuais que o indivíduo se sente capaz de tomar face aos mesmos.

Em MCEECDYA (2009) explica-se que, através da aplicação de conceitos financeiros a contextos reais do consumidor, a educação financeira é capaz de:

- Consolidar e aumentar a literacia financeira, através da sua aplicação à prática;
- Identificar características pessoais que contribuem ou limitam a gestão financeira;
- Aprender a fazer a comparação entre o risco e a recompensa em diversos contextos financeiros;
- Desenvolver a capacidade de se tornar num “consumidor sustentável” – a internalizar as consequências do seu consumo, face à comunidade e ambiente, e a tornar decisões responsáveis e éticas;
- Preparar para o desenvolvimento dos diversos papéis do indivíduo ao longo da sua vida enquanto familiar, cidadão e trabalhador.

Desenvolvimento da literacia financeira em Portugal

Relativamente a Portugal, em outubro de 2010, o Banco de Portugal (BdP) divulgou os resultados preliminares do "Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa 2010" (Banco de Portugal, Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa, 2010). Após cinco anos, em 2015, o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, publicou os resultados do 2º Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa, no âmbito do Plano Nacional de Formação Financeira.

O questionário que serviu de base ao resultado apresentado incluiu 102 perguntas de escolha múltipla. As entrevistas foram realizadas porta-a-porta, em todo o território nacional, junto

de uma amostra de 1100 entrevistados com 16 anos ou mais, estratificada de acordo com critérios de género, idade, localização geográfica, situação laboral e nível de escolaridade.

De 2010 a 2015, os resultados evidenciam uma evolução no sentido da maior literacia financeira decorrente do inquérito mais recente. Relativamente a análise aos dados obtidos realça que existem assimetrias nos níveis de literacia financeira de diferentes grupos populacionais. A população mais idosa, os jovens e os desempregados é a que tem mais baixa escolaridade revelam níveis muito baixos de literacia financeira. Após esta análise, verifica-se que o nível de literacia financeira, na componente teórica como os dos comportamentos financeiros, está diretamente relacionado com a escolaridade e com o escalão de rendimento dos inquiridos.

Relativamente a conhecimentos financeiros, as respostas continuam a revelar lacunas quanto à compreensão insuficiente de conceitos financeiros básicos, o que dificulta que os indivíduos escolham adequadamente os produtos financeiros.

Os inquiridos refletem uma relação de confiança com as instituições de créditos, designadamente pela importância atribuída ao conselho obtido através do balcão e por revelar uma preferência por receber informação através das instituições.

O inquérito revela ainda que o Banco de Portugal é a segunda fonte informação sobre os produtos bancários, apesar do portal do cliente bancário ser ainda desconhecido pela generalidade dos inquiridos.

Na escolha de produtos financeiros, os resultados de 2015 evidenciam que existe um nível elevado de confiança dos inquiridos nas instituições, à semelhança do verificado em 2010. Cerca de 83% afirmam que leem a informação pré-contratual dos produtos financeiros disponibilizada pelas instituições, mas esta nem sempre é o elemento chave na tomada de decisões. O conselho do funcionário ao balcão é um fator determinante da escolha dos produtos financeiros para 59,1% dos entrevistados, a que se segue o conselho de familiares e amigos (51,1%).

Dos inquiridos, 7,5% afirmou não possuir conta bancária. Dos entrevistados que não têm conta à ordem, 64,2% dizem não ter rendimentos que justifiquem ter conta bancária. Cerca de 73% dos entrevistados em 2015 também têm pelo menos um seguro e 4,4% dos inquiridos afirmam ter investimentos em valores mobiliários.

Em relação aos produtos bancários: na aplicação de poupança e no recurso ao crédito, apenas um em cada cinco entrevistados, em 2015, sabe o valor exato das taxas de juro aplicadas, mas a percentagem dos que afirmam não saber de todo o valor dessas taxas diminuiu de cerca de um quinto, em 2010, para 15 por cento, em 2015. No recurso ao crédito, o valor da prestação continua a ser, em 2015, o fator mais importante na escolha do empréstimo (44,2 por cento dos entrevistados), mas a taxa anual efetiva (TAE / TAEG), ao ser apontada por 13,5 por cento dos entrevistados, ganha peso face aos resultados de 2010.

Em relação aos cartões de crédito em 2015, 54% dos entrevistados refere pagar a totalidade do saldo em dívida no final do mês, proporção idêntica à obtida em 2010. No entanto, dos que em 2015 afirmam que vão pagando parcialmente o saldo do cartão de crédito (43,1 por cento), 17,3 por cento desconhecem que pagam juros por não reembolsar a totalidade da dívida no fim do mês de utilização do cartão.

Relativamente à compreensão financeira existem respostas que revelam deficiência com vários conceitos importantes para tomar decisões financeiras. O conceito de Euribor, apenas 9% dos inquiridos respondem com rigor e apenas 17% revelam saber o significado do *spread* que incide sobre uma taxa de juro de referência. A maioria dos inquiridos (73%) sabe corretamente identificar o saldo num extrato bancários, mas apenas 46% demonstram saber calcular esse saldo após uma simples operação de débito da conta ou têm noção do conceito de descoberto bancário.

O nível de literacia financeira dos estudantes do ensino superior

Os estudantes do ensino superior apresentam grandes carências de literacia financeira (Xiao et al., 2014; Lusardi et al., 2010; Jorgensen, 2007). De acordo com Jorgensen (2007), estes estudantes não estão a receber a educação financeira necessária para se tornarem adultos financeiramente estáveis. No entanto, este autor verificou que o nível de literacia financeira aumentou a cada ano de faculdade e que estudantes com mais conhecimento financeiramente demonstraram atitudes e comportamentos financeiros mais adequados. Assim, os jovens adultos não devem ser considerados um grupo homogêneo, na medida em que apresentam diferentes níveis de literacia financeira (Lusardi et al., 2010).

Samy e outros (2008) referem que o jovem de hoje é confrontado constantemente com uma complexidade financeira, como as taxas de inflação, a natureza complexa das opções de

investimento, quando recorrem a um empréstimo ou utilizam um cartão de crédito e mesmo quando querem poupar para o futuro. No mesmo sentido, Remund (2010) constatou que, dado o aumento da complexidade e variedade dos produtos e serviços financeiros disponíveis, gerir dinheiro pode ser difícil, particularmente para os jovens.

Estudos anteriores identificaram que este problema existe e afirmaram que as instituições de ensino necessitam de fornecer mais cursos de educação financeira para melhorar o nível de literacia financeira dos estudantes (McKenzie 2009).

No apêndice II podem ser consultadas algumas definições relevantes em torno da literacia financeira.

Capítulo IV - Metodologia de investigação

Metodologia

De acordo com Quivy & Campenhoudt (2008, p. 44), “a melhor forma de começar um trabalho de investigação em ciências sociais consiste em esforçar-se por enunciar o projeto sob a forma de uma pergunta de partida. Com esta pergunta, o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível aquilo que procura saber, elucidar, compreender melhor”. Assim, esta pergunta, que segundo os mesmos autores deverá ser clara, exequível e pertinente, visa traduzir o objetivo que o investigador pretende alcançar.

A escolha da metodologia é fundamental para a obtenção adequada de respostas às questões de investigação e respetivas hipóteses formuladas, uma vez que, na opinião de Fortin (1999, p.102), este “assegura a fiabilidade e a qualidade dos resultados de investigação”.

A metodologia de estudo de caso é uma das formas de se fazer pesquisa em ciências sociais. Para (Yin, 2009), e sendo um dos autores que defende a utilização de metodologias,

“Para se determinar se realmente uma estratégia de pesquisa é a mais indicada, deve-se, em primeiro lugar, entender quais questões que a pesquisa trata. A metodologia de estudo de caso, assim como as pesquisas históricas e experimentais, trata de questões do tipo “como” e “por que”. A diferença para o caso das pesquisas históricas, é que neste o pesquisador tem que lidar com um passado “morto”, pois não existe nenhuma pessoa viva relevante que possa expor o que aconteceu.”

Para Richardson (1999) existem dois grandes métodos: o quantitativo e o qualitativo, os quais se diferenciam pela metodologia de trabalho e pela forma de abordar o problema.

De acordo com Yin (2009) as metodologias quantitativas caracterizam-se por:

- Identificar prioridades;
- Medir e correlacionar escalas;
- Medir, comparar e explicar a variância;
- Explicações enfatizando prioridades e populações e
- Generalizações formais.

Araújo & Oliveira (1997) sintetizam a pesquisa qualitativa como um estudo que “se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, obtidos no contacto direto

do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto, preocupa-se em retratar a perspectiva dos participantes, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”.

Segundo Malhotra (2001), “a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplicar alguma forma de análise estatística”.

Na maioria das vezes, esse tipo de pesquisa deve suceder a pesquisa qualitativa, já que esta última ajuda a contextualizar e a entender o fenômeno.

Triangulação

Denzin (1978) apresenta a triangulação como uma combinação de metodologias no estudo do mesmo fenômeno. Envolve a combinação de métodos complementares em abordagens qualitativas e quantitativas de forma a neutralizar os pontos fracos de cada abordagem. Fortin (1996, p.322) apresenta também uma definição de triangulação caracterizando-a como: “Uma estratégia para colocar em comparação dados obtidos com a ajuda de dois ou vários processos distintos de observação, seguidos de forma independente no seio do mesmo estudo. O modelo da triangulação tipo é aquele em que se reúnem métodos qualitativos e quantitativos, sendo as regras processuais próprias de cada um escrupulosamente respeitadas”.

Reichardt e Cook (1986) afirmam que um investigador para melhor resolver um problema de pesquisa não tem que aderir rigidamente a um dos dois paradigmas, podendo mesmo escolher uma combinação de atributos pertencentes a cada um deles.

Estudo do caso

Yin (2003, p.13) define estudo de caso como “uma investigação empírica que estuda um fenômeno contemporâneo dentro do contexto de vida real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são absolutamente evidentes”. Acrescenta o mesmo autor que o estudo de caso implica um conhecimento profundo da realidade investigada e, como tal, recorre a diferentes métodos e técnicas que se enquadram, sobretudo, num paradigma de investigação qualitativa. Chizzotti (2011) acrescenta ainda que um estudo de caso procura reunir os dados relevantes sobre o seu objeto de estudo e, dessa forma,

alcançar um conhecimento mais amplo, dissipando dúvidas, esclarecendo questões pertinentes e, sobretudo, instruindo ações posteriores.

Na teoria de Bogdan e Biklen (1994), a investigação qualitativa nomeadamente sob a forma de um estudo de caso, centra-se na compreensão dos problemas, investigando o que está “por trás” de certos comportamentos, atitudes ou convicções. Não há qualquer preocupação com a dimensão da amostra nem com a generalização de resultados e não se coloca o problema da validade e da fiabilidade dos instrumentos.

Duhamel e Fortin (2003, p.166) acrescem as vantagens e limites da utilização do estudo de caso. Como vantagens temos: (1) “a informação detalhada que se obtém sobre um fenómeno novo” e (2) “a análise completa que produz que permite extrair ideias, ligações entre variáveis e verificar hipóteses”. Como limitações os mesmos autores referem que: (1) “os resultados não podem ser generalizados a outras populações ou situações” e que (2) “os dados podem ser incompletos ou dificilmente comparáveis”.

Formulação das hipóteses

Segundo Rudio (1986) a formulação das hipóteses é uma suposição que se faz na tentativa de explicar o que se desconhece. Esta suposição tem por característica o fato de ser provisória, devendo, portanto, ser testada para a verificação de sua validade. Trata-se de antecipar um conhecimento na expectativa de que possa ser comprovado. Hipótese é uma proposição que pode ser colocada à prova para determinar sua validade.

O estudo de um caso, primeiramente, é baseado em hipóteses que visam obter uma resposta para o problema e que orientará toda a investigação.

Para Quivy & Campenhoudt, (2005), “Não há observação ou experimentação que não assente em hipóteses. Quando não são explícitas, são implícitas ou, pior ainda, inconscientes. E quando não são explicitamente construídas, conduzem a becos sem saída, as informações recolhidas são fragmentárias, parciais, ou muito simplesmente inexploráveis, e não podem confirmar se são preconceitos inconscientes que conduziram a recolha de dados”.

Quadro 9: Hipóteses e questões de investigação

Revisão da literatura	Questões de investigação	Questões do Questionário
<p>“Os estudantes ou contam com os recursos do Estado ou buscam outras formas de créditos, a exemplo de empréstimos e financiamentos. Na primeira hipótese, os subsídios são assegurados mediante bolsas de estudo tendo como base o rendimento dos familiares e ou do mérito do estudante. Na segunda hipótese, tanto o setor público como o setor privado criaram diferentes formas de crédito no intuito de apoiar economicamente os estudantes quanto à sua frequência ao ensino superior.”</p>	<p>1. Quais os alunos contraíram empréstimo?</p>	<p>Contraíu algum empréstimo, ou qualquer outra obrigação que incorra um pagamento futuro (questão n.º16) e a respetiva fonte (questão n.º17)</p>
<p>“Segundo Johnstone (1986) as despesas podem ser agrupadas em correntes ou da educação”</p>	<p>2. Os alunos gastam mais dinheiro nas despesas correntes ou da educação?</p>	<p>Despesas do último semestre /ano letivo (questão n.º 20)</p>
<p>“Segundo Cabrito (2004), o orçamento transferido anualmente pelo Estado é insuficiente para responder às necessidades das instituições de ensino superior, inclusive para fazer face às despesas com o pessoal.</p> <p>A incapacidade das verbas transferidas pelo Estado, cobrirem integralmente as necessidades de financiamento, as instituições de ensino superior, têm recorrida cada vez mais às suas RP embora a maior parte da despesa das instituições ainda seja suportada pelo OE.</p>	<p>3. Existe alguma relação entre o valor da bolsa atribuído e os rendimentos do agregado familiar?</p>	<p>Rendimento do agregado familiar (questão n.º 3) e bolsa que recebe (questão n.º 14)</p>

<p>“Os resultados do questionário (outubro de 2010 do Banco de Portugal) evidenciam que a maioria da população inquirida tem um grau de literacia financeira superior à média dos indivíduos que nele participaram. A análise aos dados obtidos realça que existe assimetrias nos níveis de literacia financeira de diferentes grupos populacionais.”</p>	<p>4. Os conhecimentos de literacia financeira estão relacionados com a idade?</p>	<p>Idade (questão n.º 1) Grau de compreensão (questão n.º 18) e justificação da questão n.º 19</p>
---	--	--

Fonte: elaboração própria

Investigação por inquérito

Fortin (1996, p.168) apresenta o inquérito como “uma atividade de investigação no decurso da qual são colhidos dados junto de uma população ou porções desta com o objetivo de examinar atitudes, opiniões, crenças ou comportamentos dessa mesma população”.

Enquanto, Ghiglione e Matalon (1993) definem o questionário como uma ferramenta altamente estandardizada, quer no que respeita ao texto das questões, quer na ordem como são formuladas e apresentadas.

Segundo Carmo e Ferreira (1998) os aspetos a ter em atenção na elaboração de um questionário são: o número de perguntas que deve ser adaptado ao estudo a realizar, na medida do possível as perguntas devem ser fechadas para que se possa objetivar as respostas e evitando que sejam ambíguas; o número de respostas-tipo não deve ser exagerado, de modo a não dispersar os inquiridos; as instruções sobre o modo de responder a cada pergunta devem ser claras e precisas; as perguntas devem ser compreensíveis para os inquiridos; as respostas padrão não podem ser ambíguas ou terem leituras subjetivas.

Como método de recolha e avaliação de dados optou-se por utilizar o inquérito por questionário, construído *on-line*, enviado por *e-mail*, por se tratar de uma ferramenta moderna e mais atrativa do que o tradicional preenchimento manual.

Elaboração do questionário

Para Fortin (1999, p.249), o questionário “é um dos métodos de colheita de dados que necessita das respostas escritas por parte dos sujeitos, sem assistência. São instrumentos de medida que traduzem os objetivos de um estudo com variáveis mensuráveis.” Por sua vez, Ghiglione e Matalon (1993) definem o questionário como uma ferramenta altamente estandardizada, quer no que respeita ao texto das questões, quer na ordem como são formuladas e apresentadas.

Segundo Ibáñez (1985), sugere que a elaboração de um questionário é a seguinte:

- Determinar com precisão a informação pretendida;
- Determinar qual a modalidade mais adequada;
- Selecionar os aspetos mais relevantes;

- Estabelecer procedimentos para a sua execução;
- Efetuar um esboço daquilo que se pretende.

A elaboração do questionário, no âmbito do presente estudo, pretendeu dar resposta aos seguintes objetivos específicos:

- Permitir obter dados diretos das respostas dos estudantes sobre custos existentes do ensino superior e
- Verificar, de um modo geral, quais os conhecimentos financeiros dos inquiridos.

Construção da amostra e recolha de dados

Para a realização do presente estudo, tivemos por base os estudantes do ensino superior. Tentámos que o questionário fosse respondido por estudantes do ensino universitário e politécnico, bem como do setor privado e público.

O questionário foi previamente testado, no dia 17/03/2017 com 24 estudantes de Licenciatura do curso de Contabilidade e Administração lecionado pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP) no dia 20/03/2017 foi testado apenas por 2 estudantes do Curso de Comércio Internacional lecionado também pelo ISCAP e também no dia 17/03/2017 por três colegas de trabalho. O pré-teste permitiu verificar se o público alvo percebia o que era pretendido em cada pergunta, averiguar as dúvidas existentes e bem como testar a duração do período de resposta dos estudantes.

Os questionários (Apêndice III) foram disponibilizados nas redes sociais após o dia 22 de março de 2017 até ao dia 11 de junho de 2017. Passado, uma semana o número de respostas não era satisfatório e foi publicado novamente, no sentido de apelar os estudantes a responder.

A disponibilização dos questionários acabou em junho de 2017, com a obtenção de 320 respostas válidas.

Técnicas estatísticas utilizadas

Para o tratamento dos dados recolhidos utilizaram-se os programas Microsoft Office Excel 2016 e o programa SPSS (*Statistical Packages for the Social Sciences, versão 24*).

Análise dos dados

1. Análise univariada

1.1. Género

Analisando os resultados do questionário, através de frequências relativas, no que diz respeito ao género, verificou-se que a maioria dos inquiridos pertencem ao sexo feminino com uma percentagem de 72,50% (232 inquiridos). Os restantes 27,5% (88 inquiridos) pertencem, então, ao sexo masculino, ver quadro 10.

Quadro 10: Frequências relativas por género

Género	Frequência	Frequência relativas (%)
Feminino	232	72,50
Masculino	88	27,50
Total	320	100,00

Fonte: elaboração própria

1.2. Idade

Quadro 11: Frequências relativas da idade

Idade	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulada
[18,20[99	30,90	30,90
]20,22]	95	29,70	60,60
]22,24]	59	18,40	79,10
]24,26]	26	8,10	87,20
>26	41	12,80	100,00
Total	320	100,00	---

Fonte: elaboração própria

Com base no quadro 11, observa-se a percentagem dos inquiridos dentro das várias faixas etárias definidas para o estudo em análise. Através da análise das frequências relativas verificou-se que mais de metade das respostas ao questionário é de alunos com idade compreendida dos 18 aos 22 anos (60,60%). Com maior relevância é dos 18 aos 20 anos (30,90% que corresponde a 99 estudantes), seguindo-se o intervalo etário compreendido entre os 21 aos 22 anos (95 estudantes).

1.3. Rendimento mensal do agregado familiar

Relativamente ao rendimento mensal do agregado familiar (quadro 12) obtivemos que 45,9% tem como rendimento mensal médio do agregado familiar de 801 a 1500,00€. Apenas 8,10% recebe menos que 557,00€ (rendimento mínimo nacional).

Quadro 12: Frequências relativas do rendimento mensal médio do agregado familiar

Rendimento mensal médio	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulada
Menos de 557,00€	26	8,10	8,10
De 557,00€ a 800,00€	78	24,40	32,50
De 801,00€ a 1.500,00€	147	45,90	78,40
Superior a 1.500,00€	69	21,60	100,00
Total	320	100,00	---

Fonte: elaboração própria

1.4. Número de pessoas que integram o agregado familiar

Quadro 13: Frequências relativas da constituição do agregado familiar

Número de elementos que constituem o agregado familiar	Frequência	Percentagem	Percentagem acumulada
1	19	5,90	5,90
2	45	14,10	20,00
3	104	32,50	52,50
4	122	38,10	90,60
5	26	8,10	98,70
6	2	0,60	99,30
7	1	0,30	99,60
10	1	0,30	100
Total	320	100,00	---

Fonte: elaboração própria

Relativamente à constituição do agregado familiar, grande parte dos inquiridos pertencem a famílias constituídas por 4 pessoas (38,10%), com 3 pessoas obtivemos uma frequência relativa de 32,5%. Apenas 5,9% (19 pessoas inquiridas) vivem sozinhas.

1.5. Escolha da universidade/politécnico

Com base no quadro 14, verifica-se que a maior parte dos inquiridos pertencem ao ensino politécnico (75%), apenas 25% são estudantes do ensino universitário.

Quadro 14: Frequências relativas sobre universidade/politécnico

Universidade/Politécnico	Frequência	Frequência relativa	Frequência acumulada
Politécnico	240	75,00	75,00
Universidade	80	25,00	100,00
Total	320	100,00	---

Fonte: elaboração própria

1.6. Tipo de ensino (público/privado)

Com base no quadro 15, verifica-se que a maior parte dos inquiridos pertencem ao ensino público (94,40%), apenas 5,60% que corresponde a 18 alunos são estudantes do ensino privado.

Quadro 15: Frequência relativas sobre o tipo de ensino

Público/Privado	Frequência	Frequência relativa	Frequência acumulada
Público	302	94,40	94,40
Privado	18	5,60	100,00
Total	320	100,00	---

Fonte: elaboração própria

1.7. Residência no período de aulas

Através do quadro 16, pôde-se observar que 58,40% vivem com os pais ou familiares, seguindo se em casa ou quarto arrendando (27,80%), em casa própria temos 8,80% e finalmente 5% vivem em residência universitária.

Quadro 16: Frequências relativas da residência em período letivo

Principal residência em período de aulas	Frequência	Frequência relativa	Frequência acumulada
Com os pais/familiares	187	58,40	58,40
Em casa própria	28	8,80	67,20
Em casa/apartamento/quarto arrendado	89	27,80	95,00
Em residência universitária	16	5,00	100,00
Total	320	100,00	---

Fonte: elaboração própria

1.8. Razões na escolha da habitação (em percentagem)

Quadro 17: Frequências relativas na escolha da habitação

	Nada Importante	Pouco Importante	Medianamente Importante	Importante	Muito Importante
Queria minimizar os custos	7,20	4,70	11,90	21,90	54,40
Queria ser independente	21,90	20,06	22,80	21,60	13,10
Queria ter uma experiência de vida de estudante numa residência	52,50	22,50	16,60	4,70	3,80
Não era elegível para uma residência universitária	52,50	15,00	24,10	5,30	3,10

Fonte: elaboração própria

Ao analisarmos o quadro 17, podemos verificar que a maioria dos estudantes escolheu a residência em período letivo com base na redução dos custos.

Constata-se que as razões mais indicadas como “muito importante” ou “importante” foram: “queria minimizar os custos e ser independente”. Mas na variável de “ser independente” as frequências relativas são idênticas nas razões de escolha.

Relativamente às variáveis “queria ter uma experiência de vida de estudante numa residência e não era elegível para uma residência universitária” verifica-se que a maioria dos inquiridos é pouco importante esse factor.

1.9. Rendimento mensal do emprego em período de aulas

Com a análise no quadro 18, verifica-se que grande maioria dos inquiridos não estiveram empregados durante o ano letivo anterior/semestre, apenas 32,50% dos alunos declaram ter tido trabalho.

Quadro 18: Frequências relativas do emprego durante o período de aulas

Emprego durante o período de aulas	Frequência	Frequência relativa	Frequência acumulada
Sim	104	32,50	32,50
Não	216	67,50	100,00
Total	320	100,00	---

Fonte: elaboração própria

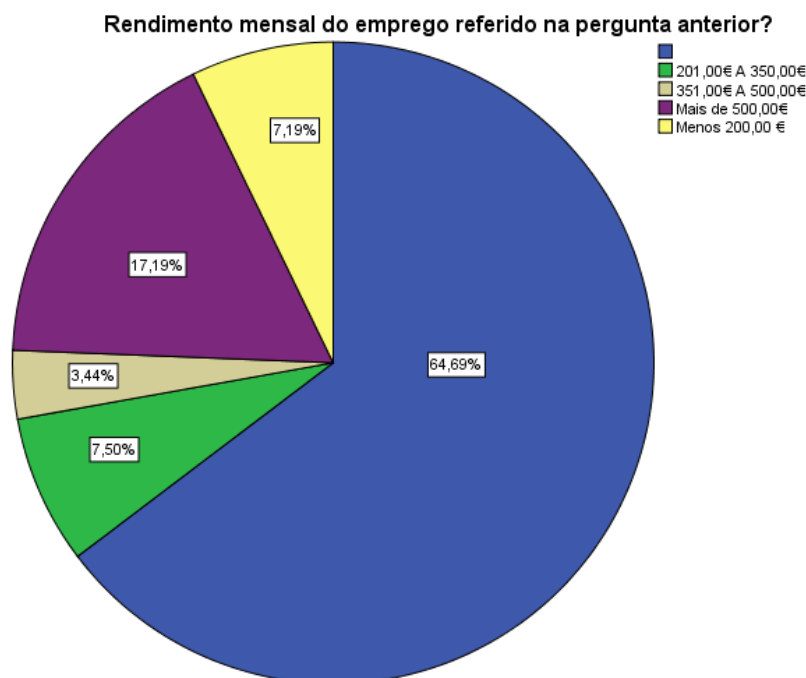


Gráfico 1:Rendimento mensal do emprego durante o período de aulas

Em relação ao rendimento mensal dos estudantes que afirmam ter estado empregados durante o período letivo, apenas 17,19% dizem ter rendimento superior a 500,00€. Do resto

dos inquiridos afirmam ter rendimento inferior a 300,00€ exceto 3,44% tem rendimento entre 351,00€ e 500,00€ (gráfico 1).

1.10. Quem suportou os gastos com o ensino

Com base no quadro 19, frequência relativas sobre quem suportou os gastos com o ensino é importante o dinheiro do país ou familiares (68,40%) é pouco importante o financiamento ou trabalhos temporários.

Quadro 19: Frequência relativas - quem suportou os gastos com o ensino

	Não aplicável	Pouco determinante	Útil	Determinante	Extremamente determinante
Dinheiro do país ou familiares.	14,40	5,30	11,90	15,60	52,80
Rendimentos de um emprego temporário	53,40	6,30	19,40	11,60	9,40
Rendimentos de um emprego durante as férias	53,10	7,20	18,40	11,90	9,40
Dinheiro – através de um empréstimo	88,40	5,00	3,10	2,20	1,30

Fonte: elaboração própria

1.11. Bolsas de estudo/mérito

Quadro 20: Frequências relativas tipo de bolsa dos estudantes

Tipo de bolsas	Frequência	Frequência relativa	Frequência acumulada
Nenhuma	146	45,60	45,60
Bolsa de estudo	169	52,80	98,40
Bolsa de mérito	5	1,60	100,00
Total	320	100,00	---

Fonte: elaboração própria

Através da análise do quadro 20, verificamos que 45,60% dos inquiridos não possuem bolsa de estudo nem de mérito. Apenas 1,60% têm bolsa de mérito, os remanescentes têm bolsa de estudo (52,80%).

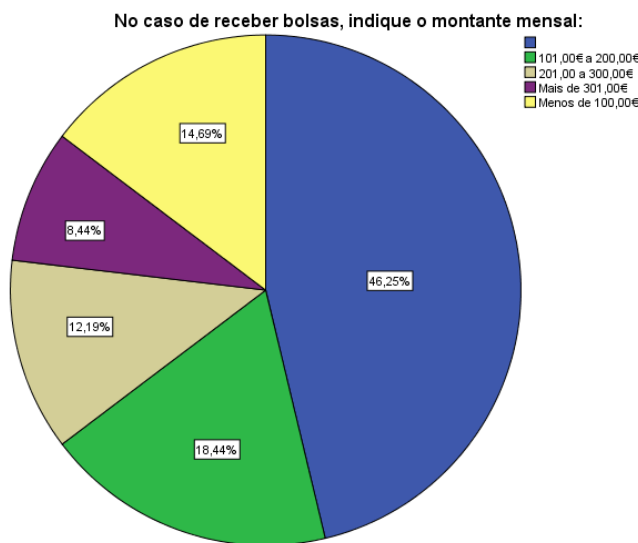


Gráfico 2: Frequências relativas referente ao montante mensal

Através da análise do gráfico 2, em relação ao nível de rendimentos provenientes das bolsas verifica-se que a grande maioria dos inquiridos não recebe qualquer tipo de bolsa (46,25%) e 18,5% recebe bolsa compreendida dos 101,00€ a 200,00€; sendo que 14,69% recebe bolsa inferior a 100,00€.

1.12. Despesas por mês do último semestre/ano (em percentagem)

Com base quadro 21, iremos analisar as despesas com alojamento; alimentação; custos de transporte; pessoais (roupas, cabeleireiro e entre outros); propinas; livros e outros materiais e outras despesas não incluídas em nenhum dos outros itens.

No que diz respeito ao alojamento e às despesas inerentes, os alunos concentram-se em maior número no grupo de gastar menos de 50,00€ (52,80%), nesta categoria também estão incluídos os estudantes que vivem com os pais, seguindo no grupo que gasta 101,00€ a 200,00€ com 20,60%.

As despesas com a alimentação, os inquiridos concentram-se em maior número no grupo que declara gastar entre 51,00€ a 100,00€ por mês (44,10%), seguido do que declara gastar

101,00€ a 200,00€ mensais (23,40%). Cerca de 18,80% considerou que gasta menos de 50,00€ mensais.

Os custos de transportes, apresentam maior frequência entre 51,00€ a 200,00€ (60,60%), seguindo os alunos que gastam menos de 50,00€ (29,10%).

Os gastos pessoais, os inquiridos (39,40%) gastam menos de 50,00€, seguindo 37,50% gastam entre 51,00€ a 100,00€.

Relativamente as propinas, os estudantes dizem que gastam entre 51,00€ e os 100,00€ (42,50%); seguindo 101,00€ a 200,00€ apresenta uma frequência relativa considerável (26,30%) e seguindo os alunos que gastam mais de 401,00€ (22,20%). No que refere as propinas, a variação é considerável.

Os gastos com os livros e outros materiais, (58,40%) dos inquiridos dizem gastar menos de 50,00€; seguindo 101,00€ a 200€ com 26,60% de frequência relativa.

Relativamente as outras despesas não incluídas em nenhum item anterior, grande parte dos inquiridos dizem gastar menos de 50,00€ (56,60%).

Quadro 21: Frequências relativas das despesas por mês do último semestre/ano

Despesas	Menos de 50,00€	De 51,00 € a 100,00 €	De 101,00€ a 200,00€	De 201,00€ a 300,00€	De 301,00 € a 400,00€	Superior a 401,00€
Alojamento incluindo rendas e o pagamento de outras despesas associadas ao alojamento pagas separadamente	52,80	5,90	20,60	9,70	4,40	6,60
Alimentação	18,80	44,10	23,40	6,60	4,10	3,10
Custos de transporte (combustíveis, transporte público)	29,10	35,30	25,30	4,40	1,60	4,40
Pessoais (roupas, cabeleireiro, produtos de higiene, álcool, divertimentos)	39,40	37,50	12,50	2,80	2,80	5,00
Propinas	2,20	42,50	26,30	3,80	3,10	22,20
Livros e outros materiais	58,40	26,60	9,10	4,10	1,30	0,60
Outras despesas não incluídas em qualquer outro item	56,60	20,90	14,40	3,80	3,40	0,90

Fonte: elaboração própria

1.13. Financiamento

Através do quadro 22, conclui-se que apenas 4,40% dos estudantes recorreu a empréstimo ou de obrigação que incorresse num pagamento futuro para financiar os seus estudos.

Quadro 22: Frequências relativas em relação se contraiu empréstimo

Contraiu algum empréstimo	Frequência	Frequência relativa	Frequência acumulada
Não	306	95,60	95,60
Sim	14	4,40	100,00
Total	320	100,00	---

Fonte: elaboração própria

Com base no quadro 23, verificamos que apenas 8 inquiridos (2,50%) pediram financiamento através do banco/instituição financeira e apenas 9 inquiridos (2,80%) se financiaram através de familiares e amigos.

Quadro 23: Frequências relativas sobre as fontes de financiamento

Fonte dos empréstimos	Frequência	Frequência relativa	Frequência acumulada
Nenhum	306	95,63	95,63
Banco/Instituição Financeira	8	2,50	98,13
Familiares/Amigos	6	1,87	100,00
Total	320	100,00	---

Fonte: elaboração própria

1. Análise bivariada

A caracterização sociodemográfica revela as seguintes características

Quadro 24: Variáveis a analisar

Caraterização sociodemográfica (N= 320)				
Escalão etário	18-20 anos	30,9%	20-22 anos	29,7%
Rendimento médio (Agregado familiar)	De 557 € a 800 €	24,4%	De 801 € a 1500 €	45,9%
Montante mensal (Bolsa de estudo)	Menos de 100 €	14,7%	De 101 a 200 €	18,4%

Fonte: elaboração própria

Verifica-se relativamente ao escalão etário em que a maioria está entre os 18 a 22 anos (60,6%), ou seja, 30,9% está entre os 18 e os 20 anos, e entre os 20 e os 22 anos são 29,7%. Esta amostra está mais representada por participantes com um rendimento médio mensal do seu agregado familiar compreendido entre 801 € e 1500 €, seguindo-se com participantes com um rendimento compreendido entre 557 € e 800 €, sendo 24,4%. Observa-se também na amostra que 14,7 % dos participantes recebe um montante mensal de bolsa de estudo inferior a 100 € e confirma-se ainda que 18,4% recebe uma bolsa de estudo no valor compreendido entre 101 € e 200 €.

1.1. Os alunos gastam mais dinheiro nas despesas correntes ou da educação?

Com esta questão de investigação pretende-se saber se os alunos gastam mais dinheiro com as despesas correntes: alojamento, alimentação, transporte, produtos pessoais, outras despesas ou com despesas de educação: propinas, livros.

Assim, o primeiro procedimento a tratar foi calcular a média das respostas dos participantes às sete variáveis que avaliam os seus gastos numa escala que vai de: menos de 50 euros a mais de 401 euros.

O quadro 25, possibilita retirar algumas conclusões de comparação de medidas descritivas. Por exemplo, nesta amostra os alunos gastam em média o mesmo valor em livros, noutras

despesas, em roupas, cabeleireiros, produtos de higiene, álcool, divertimentos, alojamento (média aproximadamente 4¹), ou seja, gastam um valor entre 51,00 € a 100,00 €.

Quadro 25: Medidas descritivas das despesas

Statistics							
	Alojamento incluindo rendas e o pagamento de outras despesas associadas ao alojamento pagas separadamente	Alimentação	Custos de transporte (combustíveis, transporte público)	Pessoais (roupas, cabeleireiro, produtos de higiene, álcool, divertimentos)	Propinas	Livros e outros materiais	Outras despesas não incluídas em qualquer outro item
N Valid	320	320	320	320	320	320	320
Missing	0	0	0	0	0	0	0
Mean	3,80	3,38	3,52	4,03	3,57	4,23	4,04
Std. Deviation	1,746	1,530	1,646	1,365	1,811	1,246	1,444

Fonte: elaboração própria

De seguida construí duas novas variáveis: Despesas correntes e Despesas educação a partir da agregação das variáveis: alojamento, alimentação, transporte, produtos pessoais, outras despesas para formar a variável Despesas correntes. Enquanto para formar a variável: Despesas educação agregaram-se as variáveis: propinas e livros.

Quadro 26: Comparação das médias das despesas correntes da educação

Statistics		
	Despesas_correntes	Despesas_educação
N Valid	320	320
Missing	0	0
Mean	3,8010	3,9016
Std. Deviation	,78162	1,05142

Fonte: elaboração própria

¹ Definiu-se que a média aproximada de 0 eram as despesas superior a 401,00€; média aproximada de 1 eram as despesas de 301,00€ a 400,00€ e assim sucessivamente.

No quadro 26, através da comparação média dessas duas variáveis confirma-se que os alunos gastam em média entre 51,00 € a 100,00 € tanto com despesas correntes como com despesas de educação.

1.2. Existe alguma relação entre o valor da bolsa atribuído e os rendimentos do agregado familiar?

Com esta questão de investigação pretende-se saber se existe uma relação entre as variáveis: montante mensal da bolsa de estudo e rendimento mensal do agregado familiar.

Para tal, utilizou-se o coeficiente de correlação Rho de Spearman porque é uma medida de correlação ordinal, ou seja, calcula a relação entre duas variáveis ordinais: montante mensal da bolsa de estudo e rendimento mensal do agregado familiar. O procedimento utilizado no SPSS foi o seguinte: menu Analize > Correlate > Bivariate

Quadro 27: Teste de correlação entre duas variáveis²

			Correlations	
			Rendimento mensal médio do agregado familiar:	Montante mensal da bolsa de estudo
Spearman's rho	Rendimento mensal médio do agregado familiar:	Correlation		
		Coefficient	1,000	-,229**
		Sig. (2-tailed)	.	,000
		N	320	320
	Montante mensal da bolsa de estudo	Correlation		
		Coefficient	-,229**	1,000
		Sig. (2-tailed)	,000	.
		N	320	320

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Fonte: elaboração própria

Neste caso, dado que todos os $\text{sig} < 0,001 \leq 0,05$ então rejeita-se a hipótese 0 em todos os testes, ou seja, confirma-se que há correlação entre as variáveis: montante mensal da bolsa de estudo e rendimento mensal do agregado familiar. Para um nível de significância de 0,05 verifica-se que há uma relação fraca e negativa, ou seja, variam em sentido diferente, pois quando o montante da bolsa de estudo aumenta é porque o rendimento do agregado familiar diminui.

² Estes testes aos coeficientes de correlação têm as seguintes hipóteses:

H0: o coeficiente de correlação de Rho de Spearman é igual a zero, ou seja, não há correlação.

H1: o coeficiente de correlação de Rho de Spearman é diferente de zero, ou seja, há correlação.

Regra de decisão:

Não rejeitar a H0 se $\text{sig} > \alpha = 0,05$

Rejeitar a H0 e aceitar a H1 se $\text{sig} \leq \alpha = 0,05$

1.3. Existe alguma relação entre a idade e os conhecimentos de literacia financeira?

Pretende-se saber se existe uma relação entre a variável: idade (escalão etário) e a literacia financeira dos alunos, através das variáveis: diferença entre TAE e TAEG é que a primeira inclui impostos; a TAEG é a taxa efetivamente paga na globalidade do empréstimo; a Euribor é uma taxa que resulta dos empréstimos realizados entre um conjunto de bancos europeus; dependendo do cartão de crédito, este pode servir como instrumento de poupança; um descoberto bancário ocorre, por exemplo, quando se passa um cheque de 1000 € e apenas tem conta 500 € disponíveis; o spread é a taxa de juro total que o seu banco que cobra pelos empréstimos; quando quiser comprar um carro, a minha principal medida de comparação (entre opções) é o valor da prestação que terei de pagar.

Para tal, utilizou - a o coeficiente Eta (η) coeficiente de determinação Eta² (η^2) porque é uma medida de associação entre variáveis: quantitativa e qualitativa nominal.

Quadro 28: Idade dos alunos e o seu conhecimento sobre TAE e TAEG

Measures of Association		
	Eta	Eta Squared
Idade * A diferença entre a TAE e a TAEG é que a primeira inclui impostos	,197	,039

Fonte: elaboração própria

Através do quadro 28: o grau de associação entre a idade dos alunos e o seu conhecimento sobre TAE e TAEG é fraco (0,197 – aproximadamente 0,2), ou seja, o conhecimento sobre TAE e TAEG é explicada em 3,9% da variação da idade. Por isso, 96,1% do conhecimento da relação entre literacia financeira e a idade ficou por explicar.

Quadro 29: Idade dos alunos e o seu conhecimento sobre a aplicação da TAE num empréstimo

Measures of Association		
	Eta	Eta Squared
Idade * A TAEG é a taxa efetivamente paga na globalidade do empréstimo	,254	,065

Fonte: elaboração própria

Através do quadro 29: o grau de associação entre a idade dos alunos e o seu conhecimento sobre a aplicação da TAEG num empréstimo é fraco (0,254 – aproximadamente 0,3), ou

seja, o conhecimento sobre a aplicação da TAEG é explicado em 6,5% da variação da idade. Por isso, 93,5% da relação entre a TAEG num empréstimo e a idade ficou por explicar.

Quadro 30: Idade dos alunos e o seu conhecimento sobre a Euribor

Measures of Association		
	Eta	Eta Squared
Idade * A Euribor é uma taxa que resulta dos empréstimos realizados entre um conjunto de bancos europeus	,317	,101

Fonte: elaboração própria

Através do quadro 30: o grau de associação entre a idade dos alunos e o seu conhecimento sobre a Euribor é fraco (0,317 – aproximadamente 0,3), ou seja, o conhecimento sobre a Euribor é explicada em 10,1% da variação da idade. Por isso, 89,9% da relação entre a literacia financeira e a idade ficou por explicar.

Quadro 31: Idade dos alunos e o seu conhecimento sobre a utilização de um cartão de crédito

Measures of Association		
	Eta	Eta Squared
Idade * Dependendo do cartão de crédito, este pode servir como instrumento de poupança	,124	,015

Fonte: elaboração própria

Através do quadro 31: o grau de associação entre a idade dos alunos e o seu conhecimento sobre a utilidade de um cartão de crédito é muito fraco (0,124 – aproximadamente 0,1), ou seja, o conhecimento sobre um cartão de crédito é explicada em 1,5% da variação da idade. Por isso, 98,5% da relação entre os cartões de crédito e a idade ficou por explicar.

Quadro 32: Idade dos alunos e o seu conhecimento sobre um descoberto bancário

Measures of Association		
	Eta	Eta Squared
Idade * Um descoberto bancário ocorre, por exemplo, quando se passa um cheque de 1000€ e apenas se tem na conta 500€ disponíveis	,355	,126

Fonte: elaboração própria

Através do quadro 32: o grau de associação entre a idade dos alunos e o seu conhecimento sobre um descoberto bancário é fraco (0,355 – aproximadamente 0,4), ou seja, o conhecimento sobre um descoberto bancário é explicado em 12,6% da variação da idade. Por isso, 87,4% da relação entre o descoberto bancário e a idade ficou por explicar.

Quadro 33: Idade dos alunos e o seu conhecimento sobre o spread

Measures of Association		
	Eta	Eta Squared
Idade * O spread é a taxa de juro total que o seu banco lhe cobra pelos empréstimos	,356	,127

Fonte: elaboração própria

Através do quadro 33: o grau de associação entre a idade dos alunos e o seu conhecimento sobre spread é fraco (0,355 – aproximadamente 0,4), ou seja, o conhecimento sobre o spread é explicado 12,7% da variação da idade. Por isso, 87,3% da relação entre o spread e a idade ficou por explicar.

Quadro 34: Idade dos alunos e o seu conhecimento sobre as opções de pagamento na compra de um carro

Measures of Association		
	Eta	Eta Squared
Idade * Quando quiser comprar um carro, a minha principal medida de comparação (entre opções) é o valor da prestação que terei de pagar	,211	,044

Fonte: elaboração própria

Através do quadro 34: o grau de associação entre a idade dos alunos e o seu conhecimento sobre as opções de pagamento na compra de um carro é fraco (0,211 – aproximadamente 0,2), ou seja, o conhecimento sobre opções de pagamento na compra de um carro é explicada em 4,4% da variação da idade. Por isso, 95,6% da relação entre as opções de compra do carro e a idade ficou por explicar.

Conclusão: Os resultados obtidos através coeficiente Eta e do coeficiente de determinação Eta^2 revelam que a idade está pouco associada à literacia financeira dos alunos.

Conclusões

A presente dissertação teve como objetivo analisar o financiamento na educação e a literacia financeira dos estudantes do ensino superior.

O estudo desenvolveu-se, portanto, no sentido de responder às quatro questões: (1) Quais os alunos contraíram empréstimo; (2) onde os estudantes gastam mais dinheiro nas despesas correntes ou da educação; (3) se existe alguma relação entre o valor da bolsa atribuído e os rendimentos do agregado familiar e por último (4) se os conhecimentos de literacia financeira estão relacionados com a idade.

A análise da primeira questão apenas 4,40% dos estudantes recorreu a empréstimo ou de obrigação que incorresse num pagamento futuro para financiar os seus estudos.

Em relação à segunda questão como os estudantes repartem as suas despesas entre correntes ou de educação conclui-se a inexistência de diferenças significativas entre o montante das duas parcelas.

No que diz respeito à terceira questão confirma-se que existe correlação negativa (ainda que fraca) entre as variáveis: montante mensal da bolsa de estudo e rendimento mensal do agregado familiar (para um nível de significância de 0,05.)

Por último, a análise da quarta questão, se existe alguma relação entre os conhecimentos de literacia financeira e a idade os resultados obtidos revelam que a idade está pouco associada à literacia financeira dos alunos. Os dados obtidos no questionário do Banco de Portugal em 2015 apontam para que a população mais idosa, os jovens e os desempregos e as pessoas que têm mais baixa escolaridade apresentam níveis baixos de literacia financeira. Os resultados obtidos no questionário aos estudantes universitários do ensino superior possuem baixos conhecimentos de literacia financeira, confirmando resultados anteriores. De notar o enviesamento da amostra, prevalecendo os estudantes do ensino politécnico público.

Limitações do estudo

No desenvolver da presente dissertação, existiram algumas limitações, nomeadamente na obtenção de respostas por parte dos estudantes, embora tendo sido disponibilizados os questionários em várias redes sociais, obtivemos 320 respostas válidas.

A amostra recolhida corresponde, maioritariamente, a estudantes do ensino politécnico, o que poderá ter gerado resultados não generalizáveis, nomeadamente no que se refere às despesas da educação ou até mesmo das despesas correntes.

Recomendações para futuras investigações

Em termos de recomendações para investigações futuras, sugerimos a realização de estudo mais abrangente, para ao nível dos diferentes subsistemas do ensino superior (maior peso de estudantes do ensino universitário), quer em termos geográficos (consideração do espaço nacional e não só por foco investigações com sede no distrito do Porto).

Uma recomendação para investigações futuras seria interessante tentar obter e trabalhar dados do setor privado, comparando-os com o público para perceber que tipo de alunos estudam em cada setor (rendimentos, despesas, bolsas atribuídas).

Referências bibliográficas:

- Araújo, Aneide Oliveira; Oliveira, Marcelle Colares. Tipos de pesquisa. São Paulo, 1997
- Bodgan, R. e Bilklen. S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora
- abrito, Belmiro. *Financiamento do ensino superior: condição social e despesas de educação dos estudantes universitários em Portugal*. Lisboa: Educa, 2002
- Cabrito, B. (2003). *La privatizacion de la enseñanza superior en Portugal y la equidad: Una discussion en torno a las modalidades de financiamento*. *Economia de la Education: Actas de las XII Jornadas de la Asociación de Economía de la Education*
- Cabrito, B. (2004). *Equidade e financiamento do ensino superior público em Portugal: das promessas à realidade*, *Revista Educação e Sociedade*. Universidade de Campinas, Estado de São Paulo
- Cabrito, B. (2004a). *O Financiamento do ensino superior em Portugal: entre o Estado e o mercado*, *Revista Educação e Sociedade*, Universidade de Campinas, Estado de São Paulo, vol. 25, n.º 88, p.977-996
- Carmo, H. e Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação: Guia para Autoaprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta
- Cerdeira, M. (2008). *O Financiamento do Ensino Superior Português - A partilha de custos*. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, Lisboa
- Chizzotti, A. (2011). *Pesquisa qualitativa em ciências sociais e humanas*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes
- Darling, A. L., England, M. D., Lang, D. W., & Lopers-Sweetman, R. (1989). *Autonomy and control: a university funding formula as an instrument of public policy*. *Higher Education*, 583(Volume 18)
- Denzin, N. K. (1978). *The research act: A theoretical introduction to sociological methods*. New York: McGraw-Hill
- Duahamel, F., & Fortin, M. (2003). *Os Estudos do Tipo Descritivo*. In *O Processo de Investigação - da concepção à realização*. 3.ª ed. pp. 161-172. Loures: Lusociência

- Fortin, M. (1996). O Processo de Investigação: da concepção à realização. Paris: Décarie Éditeur
- Fortin, M-F. (1999). O Processo de Investigação: da concepção à realização. Loures: Lusociência – Edições Técnicas e Científicas, Lda
- Fox, J., Bartholomae, S., & Lee, J. (2005). Builing the case for financial education. The Journal of Consumer Affairs, 195-214.
- Ghiclione, R. e Matalon, B. (1993). O inquérito: teoria e prática. Oeiras: Celta Editora
- Ibáñez, Marín, R. & Pérez Serrano G. (1985): “ Pedagogía Social y Sociología de la Educación ”. Unades Didácticas 1, 2 y 3. UNED, Madrid
- Lusardi, A., Mitchell, O. S., & Curto, V. (2010). Financial Literacy among the Young. The Journal of Consumer Affairs, Vol. 44, No. 2. 358-380
- Johnstone, D.B. (1986). Sharing the Costs of Higher Education. Student Financial Assistance in the United Kingdom, The Federal Republic of Germany, France, Sweden and the United State. New York: College Board Publications
- Malhotra, N. Pesquisa de marketing. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001
- Mceedya (2009) – Ministerial Council for education, Early Childhood Development and Youth Affairs. National Consumer and financial literacy framework.
- McKenzie, V. M. (2009). The financial literacy of university students: A comparison of graduating seniors' financial literacy and debt level. Theses and Dissertations. Paper 2094
- National consumer and financial literacy framework. (2009). MCEECDYA
- Neves, Ilídio. Dicionário técnico e jurídico de protecção social. Coimbra: Ed. Coimbra, 2001
- Orton, L. (2007). Financial literacy: Lessons from international experience. Canadá: Canadian Policy Research Networks Inc.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. V. (2005). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Paris: Dunod
- Quivy, Raymond & Campenhoudt, Luc Van (2008). Manual de Investigação em Ciências Sociais (5.ª edição). Lisboa: Gradiva.

Reichardt, C. S. e COOK, T. D. (1986). Métodos cualitativos y cuantitativos em investigación evaluativa. Madrid: Ediciones Morata.

Remund, D. L. (2010). Financial Literacy Explicated: The case for a clearer definition in an increasingly complex economy. *The Journal of Consumer Affairs* (summer), 276-294

Richardson, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999

Rudio, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1986
144p

Samy, M., Tawfik, H., Huang, R., & Nagar, A. K. (2008). Financial Literacy of Youth. A Sensitivity Analysis of the Determinants. *International Journal of Economic Sciences and Applied Research* 1 (1), 55-70

Thaden, L. L., & Rookey, B. D. (2005). Financial decision-making and economic inequality: Sources of influence on college students' financial literacy. AFCPE Annual Conference, Inequalities Seminar. Scottsdale: AZ.

Yin, R. K. (2003). Applications of case study research. 2nd Ed. London: Sage Publications

Yin, R. K. (2009). Case Study Research: design and methods. 4th Ed. USA: Sage Inc.

Sites consultados:

https://Pt.Wikipedia.Org/Wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_Em_Portugal em 29/10/2016

<http://www02.madeiraedu.pt/dre/Pesquisar/tabid/334/ctl/ReadInformcao/mid/1182/InformacaoId/2078/UnidadeOrganicaId/4/Default.aspx> em 21/01/2017 às 16:32

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_institui%C3%A7%C3%B5es_polit%C3%A9nicas_de_Portugal em 21/01/2017 às 17:02

Legislativo/Normativo

Decreto-lei 129 de 22 de abril de 1993 - Diário da República n.º 94/1993, Série I-A

Decreto-lei 88/2006 - Diário da República n.º 99/2006, Série I-A

Decreto-lei 418/73 de 21 de agosto - Diário do Governo n.º 195/1973, Série I

Decreto-lei 31/658 de 21 de novembro de 1941 - Diário do Governo n.º 272/1941, Série I

Lei 5/94 - Diário da República n.º 61/1994, Série I-A

Lei 1/96 de 9 de janeiro - Diário da República n.º 7/1996, Série I-A

Lei 37/2003 - Diário da República n.º 193/2003, Série I-A

Lei 113/97 de 16 de setembro – Diário da República n.º 214/1997, Série I-A

Lei 20/92 de 14 de agosto - Diário da República n.º 187/1992, Série I-A

Lei n.º 37/2003 de 22 de agosto - Diário da República n.º 193/2003, Série I-A

Lei n.º 46/86 - Diário da República n.º 237/1986, Série I

Lei n.º 49/2005 de 30 de agosto - Diário da República n.º 166/2005, Série I-A

Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro - Diário da República n.º 174/2007, Série I

Lei n.º 115/97 de 19 de setembro – Diário da República n.º 217/1997, Série I

Documentos/relatórios publicados:

Anuário financeiro das instituições públicas do ensino superior politécnico (2010)

Dados estatísticos obtidos no site da pordata

Informação sobre as faculdades/politécnicos no site da DGES

Relatório da OCDE (2006), *Review of national policies for education – tertiary education in Portugal*

Questionário da literacia financeira – banco de Portugal (2010 e 2015)

Dissertações consultadas:

Cerdeira, Maria Luísa Machado (2008) “O financiamento do Ensino Superior Português A partilha de custos”

Machado, Hugo Augusto Monteiro (2011) “A literacia financeira da população escolar em Portugal Estudo aplicado a alunos do ensino secundário da região de Lisboa”

Santos, António José da Conceição Santos (2015) “Literacia financeira – o caso dos alunos dos cursos da área financeira da Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE) do Instituto Politécnico de Setúbal (IP).

Apêndice I – Institutos politécnicos privados

1. Academia Nacional Superior de Orquestra
2. Atlântica - Escola Universitária de Ciências Empresariais
3. CESPU - Instituto Politécnico de Saúde do Norte
4. Conservatório Superior de Música de Gaia
5. Escola Superior de Artes e Design
6. Escola Superior Artística de Guimarães
7. Escola Superior de Atividades Imobiliárias
8. Escola Superior de Educação de Almeida Garrett
9. Escola Superior de Educação de Fafe
10. Escola Superior de Educação Jean Piaget de Almada
11. Escola Superior de Educação de João de Deus
12. Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti
13. Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich
14. Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis
15. Escola Superior de Enfermagem Dr. José Timóteo Montalvão Machado
16. Escola Superior de Enfermagem São Francisco das Misericórdias
17. Escola Superior de Enfermagem de São José de Cluny
18. Escola Superior de Negócios Atlântico
19. Escola Superior de Saúde do Alcoitão
20. Escola Superior de Saúde Atlântica
21. Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa
22. Escola Superior de Saúde Egas Moniz
23. Escola Superior de Saúde Ribeiro Sanches
24. Escola Superior de Saúde Jean Piaget
25. Escola Superior de Saúde de Santa Maria
26. Escola Superior de Tecnologia e Gestão Jean Piaget do Litoral Alentejano
27. Escola Superior de Tecnologias e Artes de Lisboa
28. Escola Superior de Tecnologias de Fafe
29. Instituto Português de Administração de Marketing de Lisboa
30. Instituto Português de Administração de Marketing do Porto

31. Instituto Superior de Administração e Gestão
32. Instituto Superior de Administração e Línguas
33. Instituto Superior de Ciências da Administração
34. Instituto Superior de Ciências Educativas
35. Instituto Superior de Ciências Educativas do Douro
36. Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo
37. Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração
38. Instituto Superior de Comunicação Empresarial
39. Instituto Superior D. Dinis
40. Instituto Superior de Novas Profissões
41. Instituto Superior de Entre Douro e Vouga
42. Instituto Superior de Paços de Brandão
43. Instituto Superior Politécnico Gaya
44. Instituto Superior de Tecnologias Avançadas de Lisboa
45. ISAVE - Instituto Superior de Saúde
46. ISLA - Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia
47. ISEC Lisboa - Instituto Superior de Educação e Ciências
48. Universidade Católica Portuguesa - escola superior politécnica de saúde
49. Universidade Fernando Pessoa – escola superior de saúde

Apêndice II - Conceitos importantes sobre a literacia financeira

Taxa Anual Nominal (TAN)

TAN serve de base para quando aplicada a um determinado capital, por um determinado período, produza um valor que se denomina por juro. Representa assim preço do dinheiro, servindo de referência para determinar o seu custo. É aplicada em todas as aplicações financeiras e deve estar presente em todos os contratos de crédito.

Taxa Anual Efetiva (TAE)

TAE espelha a taxa de juro nominal contratada, a periodicidade de pagamentos e custos associados ao crédito, iniciais e mensais, à exceção dos seguros. Esta taxa pratica a mesma unidade de tempo que o período de capitalização, sendo comparação rigorosa, que revela o custo efetivo de um crédito.

Diferença entre a TAN (Taxa Anual Nominal) da Taxa Anual Efetiva (TAE)

As diferenças entre estas taxas são que, enquanto a TAN apenas se refere aos juros referentes ao montante em questão, a TAE envolve todas as despesas associadas ao crédito, iniciais e mensais. Visto não ser apenas sobre o valor que é emprestado pela instituição financeira que recai os juros, mas também sobre comissões e impostos.

A nível de comparações entre propostas de crédito, de maneira a optar pela melhor oferta, deve verificar sempre o valor da TAE e não da TAN. No entanto, os critérios de comparação também têm de ser semelhantes para a comparação ter fundamento, critérios esses como por exemplo: os montantes, os prazos e os indexantes têm de ser iguais.

Taxa Anual Efetiva Global (TAEG)

A TAEG é a taxa que permite igualar o valor atual dos montantes de crédito utilizados pelo cliente com o valor atual dos pagamentos a efetuar pelo mesmo no âmbito de um contrato de crédito. Neste tipo de taxa estão incluídos todos os custos, até mesmo prémios de seguros exigíveis pelas instituições financeiras.

TAEG é uma taxa que apenas existe em Portugal que contribui para a diminuição do endividamento, clarificando o consumidor na hora de realizar um crédito pessoal e desmitificando publicidades enganosas.

No cálculo da TAEG são incluídos:

- Os juros, comissões, impostos e outros encargos associados ao contrato de crédito;
- Os seguros exigidos para obtenção do crédito;
- As comissões de mediação do crédito;
- Os custos relativos à manutenção de conta, cuja abertura seja obrigatória, que registre as operações de pagamento e de utilização do crédito;
- Os custos relativos à utilização ou ao funcionamento de meio de pagamento que permita operações de pagamento e de utilização do crédito; e
- Outros custos relativos às operações de pagamento.

No cálculo da TAEG não são incluídos:

- As importâncias a pagar devido ao incumprimento de alguma das obrigações do contrato de crédito;
- As importâncias, diferentes do preço, que tenham de ser suportadas pelos clientes aquando da aquisição de bens ou da prestação de serviços, trate-se de negócio celebrado a pronto ou a crédito; e
- Os custos notariais.

Euribor

A Euribor é a taxa de juro média dos empréstimos entre os bancos com maior volume de transações monetárias nos mercados da Zona Euro.

É calculada diariamente pelo *Europeana Money Markets Institute* (EMMI) e serve de referência aos créditos concedidos para habitação, automóvel ou outras finalidades.

Existem diferentes tipos de valores para esta taxa de acordo com a duração do empréstimo, sendo as mais importantes a de 1 semana, 2 semanas, 3 meses, 6 meses, 9 meses e 1 ano.

Cartão de crédito

O cartão de crédito pode ser usado como meio de pagamento para comprar um bem ou contratar um serviço. O seu titular recebe mensalmente no endereço indicado a fatura para proceder ao pagamento e também pode escolher pagar o total cobrado, somente o mínimo ou algum valor intermediário, pagando o restante para o mês seguinte mediante a cobrança de juros.

Toda conta de cartão de crédito possui um limite de compras definido pelo banco emissor. As compras efetuadas reduzem o limite disponível até que, quando insuficiente, novas compras são negadas.

O cartão de crédito oferece algumas vantagens, tais como:

- Não é preciso ter dinheiro físico ou cheque na hora da compra;
- O cliente obtém um prazo a mais para pagar a compra;
- Dependendo do cartão, não é necessário pagar anuidade;
- Poder parcelar uma compra em até uma quantidade de vezes, sem ter que pagar juros;
- Fazer compras pela internet parceladas;
- Usa-lo, para na maioria das vezes alugar um carro, disponibilizando um certo limite do cartão como garantia de devolver o carro.

Spread

Spread é a diferença entre os preços de oferta de venda e de compra de um determinado ativo ou instrumento. Termo também utilizado para referir o acréscimo (em pontos percentuais) ao indexante, que os bancos exigem quando concedem um financiamento com taxa variável.

Spread bancário, em termos simplificados, é a diferença entre a taxa de juros cobrada aos tomadores de crédito e a taxa de juros paga aos depositantes pelos bancos, ou seja, a diferença entre a remuneração que o banco paga ao aplicador para captar um recurso e o quanto esse banco cobra para emprestar o mesmo dinheiro.

O cliente que deposita dinheiro no banco, em poupança ou outra aplicação, está de facto fazendo um empréstimo ao banco. Portanto o banco remunera os depósitos de clientes a uma certa taxa de juros (taxa de juros de captação ou taxa de captação). Quando o banco empresta dinheiro a alguém, cobra uma taxa pelo empréstimo, uma taxa superior à taxa de captação.

Descoberto bancário

Descoberto bancário permite a um cliente levantar fundos ou fazer pagamentos a partir da sua conta de depósito à ordem, num montante que excede o saldo dessa conta.

Os descobertos bancários podem ser de dois tipos, consoante resultem de um contrato celebrado entre o cliente e a instituição de crédito, ou sejam autorizados por iniciativa da instituição.

O descoberto bancário autorizado resulta do prévio acordo/contrato entre o cliente e o banco, onde se estipula um limite para o descoberto, uma taxa de juro e o período de vigência do saldo a descoberto. Neste caso existe facilidade de descoberto. A conta ordenado é um exemplo de descoberto autorizado.

O descoberto bancário não autorizado ocorre sem contrato prévio entre o cliente e o banco. Este último pode aceitar pagar o saldo negativo ou recusar-se a isso. São cobradas comissões pelo banco pela situação de descoberto. A taxa de juro e os encargos encontram-se no contrato da conta à ordem. Neste caso pode registar-se assim uma ultrapassagem de crédito aceite pelo banco, sem acordo prévio, podendo o cliente dispor de fundos que ultrapassam o saldo da sua conta.³

³ Baseados nos sites oficiais das seguintes instituições bancárias: Banco de Portugal e Montepio acedido em 09/06/2017.

Apêndice III – Questionário



Inquérito por questionário aos estudantes do ensino superior

Mestrado em Auditoria

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Bárbara Dias

Introdução:

O presente inquérito pretende apoiar a parte da investigação levada a cabo no âmbito da minha dissertação de mestrado sob o tema “o financiamento do ensino superior na ótica dos alunos”.

A sua colaboração é determinante para o estudo empírico que se pretende desenvolver.

Todas as respostas são tratadas de forma anónima.

Agradeço, desde já, a sua colaboração.

Questões:

1. Idade: _____

2. Género

F

M

3. Rendimento mensal médio do agregado familiar:

- Menos de 557,00 €
- De 557,00 € a 800,00 €
- De 801,00 € a 1500,00 €
- Superior a 1500,00 €

4. Quantas pessoas é constituído o seu agregado familiar? _____

5. Qual a Universidade /Politécnico onde estuda? _____

6. Qual a Faculdade / Escola onde estuda? _____

7. Qual o concelho da sua residência habitual? _____

8. Qual o concelho da sua residência em período letivo? _____

9. A sua principal residência em período letivo é? (escolha uma das hipóteses)

- Com os pais/familiares
- Em residência universitária
- Em casa/apartamento/quarto arrendando
- Em casa própria

10. Indique o grau de importância das seguintes razões na sua escolha do local onde viver
(assinale com uma cruz o grau de importância, para cada uma das razões)

	Nada Importante	Pouco Importante	Medianamente Importante	Importante	Muito Importante
Queria minimizar os custos					
Queria ser independente					
Queria ter uma experiência de vida de estudante numa residência					
Não era elegível para uma residência universitária					

11. Está empregado durante o período de aulas?

- Sim
 Não

12. Rendimento mensal do emprego referido na pergunta anterior?

- Menos 200,00 €
 201,00€ A 350,00€
 351,00€ A 500,00€
 Mais de 501,00€

13. Com base na experiência do 1º semestre ou no último ano letivo, indique a importância das várias fontes de apoio e suporte financeiro que lhe tornaram possível ser um estudante universitário (para cada alínea, escolha só uma coluna):

	Não aplicável	Pouco determinante	Útil	Determinante	Extremamente determinante
Dinheiro do pais ou familiares.					
Rendimentos de um emprego temporário					
Rendimentos de um emprego durante as férias					

14. No caso de receber bolsas, de que tipo de bolsa se trata

Bolsa de estudo

Bolsa de mérito

15. No caso de receber bolsas, indique o montante mensal:

Menos de 100,00€

101,00€ a 200,00€

201,00 a 300,00€

Mais de 301,00€

16. Contraindo algum empréstimo, ou qualquer outra obrigação que incorra um pagamento futuro, para ajudar o financiamento dos seus estudos?

Sim

Não

17. Se sim, por favor indique a(s) fonte (s) desse(s) empréstimo(s) (indique todas que se aplicarem):

- Banco/Instituição Financeira
- Familiares/Amigos
- Outra (por favor, especifique _____)

18. Indique o grau de compreensão nas seguintes temáticas:

	Muito Baixo	Baixo	Mediano	Elevado	Muito Elevado
TAE e TAEG					
Euribor					
Cartões de Crédito					
Descoberto Bancário					
Spread					
Comparações dos empréstimos					

19. Indique se as seguintes afirmações são verdadeiras ou falsas (ou NS – Não sei):

	F	V	NS
A diferença entre a TAE e a TAEG é que a primeira inclui impostos			
A TAEG é a taxa efetivamente paga na globalidade do empréstimo			
A Euribor é uma taxa que resulta dos empréstimos realizados entre um conjunto de bancos europeus			
Dependendo do cartão de crédito, este pode servir como instrumento de poupança			
Um descoberto bancário ocorre, por exemplo, quando se passa um cheque de 1000€ e apenas se tem na conta 500€ disponíveis			
O spread é a taxa de juro total que o seu banco lhe cobra pelos empréstimos			
Quando quiser comprar um carro, a minha principal medida de comparação (entre opções) é o valor da prestação que terei de pagar			

21. Despesas do último semestre ou do último ano académico (por favor indique o valor aproximado e por mês com que a despesa se realizou):

Despesas	Menos de 50,00€	De 51,00 € a 100,00 €	De 101,00€ a 200,00€	De 201,00€ a 300,00€	De 301,00 € a 400,00€	Superior a 401,00€
Alojamento incluindo rendas e o pagamento de outras despesas associadas ao alojamento pagas separadamente						
Alimentação						
Custos de transporte (combustíveis, transporte público)						
Pessoais (roupas, cabeleireiro, produtos de higiene, álcool, divertimentos)						
Propinas						
Livros e outros materiais						
Outras despesas não incluídas em qualquer outro item						

Obrigada pela sua colaboração!